



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia da Educação

Dissertação

Estudo comparativo de mulheres vítimas de violência doméstica por parte dos seus companheiros Vs mulheres que nunca tenham sido vítimas de violência doméstica relativamente às suas crenças e á satisfação conjugal percebida

Madalena Sofia Branquinho Dias

Orientador(es) | Isabel Maria Mesquita

Évora 2025





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia da Educação

Dissertação

Estudo comparativo de mulheres vítimas de violência doméstica por parte dos seus companheiros Vs mulheres que nunca tenham sido vítimas de violência doméstica relativamente às suas crenças e á satisfação conjugal percebida

Madalena Sofia Branquinho Dias

Orientador(es) | Isabel Maria Mesquita

Évora 2025



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Constança Biscaia (Universidade de Évora)

Vogais | Adelinda Maria Candeias (Universidade de Évora) (Arguente)
Isabel Maria Mesquita (Universidade de Évora) (Orientador)

“A violência não é força, mas fraqueza, nem nunca poderá ser criadora de coisa alguma,
apenas destruidora.”

Benedetto Croce (1925)

Agradecimentos

Como diz Melody Beattie “A gratidão dá sentido ao nosso passado, traz paz para o hoje, e cria uma visão para o amanhã”. Será hora de agradecer a todos aqueles que marcaram o percurso vivido sobre a calçada de Évora, aquela que foi casa ao longo de 4 anos. Muitos são os merecem a gratidão pelo passado que vivemos, pelo presente que temos e pelo futuro que vamos construir.

Começo pela base, por agradecer à minha mãe, a quem dedico esta tese, sempre foi para ela que corri para celebrar as minhas vitórias e chorar pelas minhas frustrações. Foi a minha mãe que me fez crescer enquanto pessoa, é ela que diariamente me incentiva a acreditar em mim. É dela o orgulho para toda a vida. Esta é por nós.

Ao meu pai, aos meus avós, à minha tia, ao Simão e à Sofia, que são o passado, o presente e o futuro. Só me resta agradecer por tudo o que já fizeram por mim, foram eles criaram as memórias de infância, que me moldaram enquanto pessoa até ao dia de hoje e que são toda a estrutura para que este objetivo fosse possível.

À Bia e à Rafa que se mantiveram à distância ao longo de todo o meu percurso académico, mas que sempre fizeram questão de continuar a cultivar a nossa amizade. Elas estiveram em todos os momentos importantes da minha vida. Não faria sentido sem vocês.

Ao meu namorado, o Afonso, que surgiu de entre as ruas de Évora no início desta caminhada e que se tornou no meu parceiro de vida. Ele fez-me perceber a importância do amor, do companheirismo e da cooperação. O melhor colo do mundo. Seremos sempre a melhor equipa de sempre.

À Joana, à Carolina e à Lara que foram abraço e casa, mesmo quando esta estava longe, foram o olhar de conforto, mas de alegria e diversão do início ao fim. Todas as horas que passámos juntas cultivaram o nosso presente de distância, mas de cumplicidade e presença.

À Professora Doutora Isabel Mesquita, o presente, por ter aceite entrar nesta caminhada comigo. Por me ter permitido fazer as minhas próprias escolhas para esta dissertação. Pela confiança, liberdade e orientação.

À Maria e à Patrícia, que são o presente e o futuro, deram-me lugar, tornaram-me válida e na futura psicóloga que vou ser. A Maria que tem o doce na voz e a responsabilidade na alma.

A Patrícia que tem a bondade no coração e a generosidade no ato. Ensinaram-me valores, amor pela profissão, o benefício do altruísmo e que somos sempre aquilo que lutamos por ser.

A ti Mui nobre e sempre leal Cidade de Évora e todos os restantes que de perto viveram esta caminhada comigo, o mais sincero agradecimento por terem tornado estes nos melhores anos da minha vida.

Estudo comparativo de mulheres vítimas de violência doméstica Vs mulheres que nunca tenham sido vítimas de violência doméstica relativamente às suas crenças e à satisfação conjugal percebida

Resumo

Esta investigação visou a comparação entre mulheres vítimas de violência doméstica pelos seus companheiros com mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica, no que respeita às suas crenças e à satisfação conjugal percebida, procurando evidenciar a correlação entre as duas variáveis. A literatura evidencia que as mulheres vítimas de violência doméstica têm crenças mais legitimadoras da violência e que são mais insatisfeitas no que respeita à sua satisfação conjugal, do que as mulheres que nunca viveram tal situação. Foi realizado um questionário sociodemográfico, para avaliar as crenças foi utilizado o ECVC e para a satisfação marital o ENRICH. A amostra não-probabilística contou com 22 mulheres vítimas de violência doméstica por parte do marido e por 22 mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica. Foi corroborada a teoria, uma vez que os resultados apontaram para a evidência de que as vítimas têm mais crenças legitimadoras da violência do que as não vítimas, e que estas segundas teriam mais satisfação marital percebida. O grupo das vítimas de violência doméstica expôs uma fraca correlação entre as crenças sobre a violência e a sua satisfação marital percebida. Pelo contrário, as vítimas apresentaram uma correlação negativa entre a sua falta de crenças legitimadoras da violência e a satisfação marital percebida. Recomenda-se a reflexão sobre as crenças sobre a violência e a forma como estas têm um papel na satisfação marital percebida.

Palavras-chave: violência conjugal; crenças; satisfação marital; não violência; casamento.

Comparative study of women victims of domestic violence vs women who have never been victims of domestic violence regarding their beliefs and perceived marital satisfaction

Abstract

This research aims to compare women who have been victims of domestic violence by their partners with women who have never been victims of domestic violence, in terms of their beliefs and perceived marital satisfaction, it is expected that there will be a correlation between the two variables. The literature shows that women who have been victims of domestic violence hold beliefs that legitimize violence, and that they are more dissatisfied with the relationship than women who have never experienced such a situation. A sociodemographic questionnaire was carried out, the ECVC was used to assess beliefs and the ENRICH was used to assess perceived marital satisfaction. The non-probabilistic sample included 22 women who had been victims of domestic violence by their partners and 22 women who had never been victims of domestic violence. The theory was corroborated, showing that victims hold more beliefs legitimizing violence than non-victims, but that the latter have more perceived marital satisfaction. The group of victims of domestic violence showed a weak correlation between beliefs about violence and their perceived marital satisfaction. On the other hand, the victims showed a negative correlation between their lack of beliefs legitimizing violence and their perceived marital satisfaction. We recommend reflecting on beliefs about violence and how they play a role in perceived marital satisfaction.

Keywords: marital violence, beliefs, marital satisfaction, non-violence, marriage.

Índice

Introdução.....	8
Enquadramento teórico.....	9
Violência marital.....	9
Crenças.....	12
Satisfação Marital Percebida.....	16
Distorção Idealística.....	18
Satisfação conjugal.....	18
Aspetos da personalidade.....	19
Comunicação e resolução de conflito.....	20
Administração financeira e igualdade.....	21
Atividades de lazer.....	21
Relação sexual.....	22
Filhos e matrimónio.....	23
Família e amigos.....	23
Orientação religiosa.....	24
Objetivos e hipóteses do Estudo.....	25
Método.....	26
Participantes.....	26
Instrumentos.....	27
Recolha de dados.....	30
Análises de Dados.....	30
Resultados.....	31
Estatísticas Descritivas.....	31

Hipóteses.....	33
Discussão.....	40
Limitações do estudo.....	44
Implicações Teórico-Práticas.....	45
Sugestões para Estudos Futuros.....	46
Referências.....	48
Anexos.....	65
Anexo A.....	66
Anexo B.....	67
Anexo C.....	68
Anexo D.....	69
Anexo E.....	70

Introdução

O amor é fundamental na construção da identidade de uma pessoa (Luyckx et al., 2014; Reece & Webb, 2020). Silva (2023) e Crouter & Booth, (2021) referem ser nas famílias de origem que se manifesta a primeira definição do significado do amor, através das primeiras relações. Nos dias de hoje, as relações amorosas estão, cada vez mais, assentes numa menor durabilidade, menor tolerância aos conflitos, menor paciência e maior necessidade de imediatismo. No entanto, o amor mantém-se uma emoção intensa e transformadora do ser humano (Batista, 2016).

A transmissão das crenças, valores, mitos, segredos e legados familiares são fenómenos transgeracionais que permitem a continuidade das gerações, na qual se transmitem os padrões comportamentais que irão ser ou não seguidos pelas próximas gerações. Um destes comportamentos envolve a escolha do parceiro, uma vez que esta escolha poderá estar relacionada com os modelos parentais, bem como a forma como esta relação decorre no seu íntimo. Ou seja, são transmitidas através das famílias de origem as expectativas e os valores de cada sujeito e quais as características desejadas no companheiro escolhido (Silva et al., 2010). A qualidade e a satisfação com estas relações estabelecidas são promotoras de saúde mental (Barbosa, 2022; Braithwaite et al., 2010) e bem-estar para o casal (Braithwaite et al., 2010; Palmwood, & Simons, 2021; Ratelle et al., 2013; Robles et al., 2014), assim como para a família no seu todo.

O tema da violência conjugal é um problema de saúde pública e, atualmente, é um assunto de interesse de toda sociedade (Baldino & Boeckel, 2023), uma vez que este constitui um fenómeno social que se encontra em qualquer sociedade, tanto nas primitivas como nas mais complexas (Krug et al., 2002). Apesar de a violência sempre ter estado presente, deve ser prevenida por todos. A Organização Mundial de Saúde criou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, na qual caracteriza a violência como o “uso intencional da força física ou do poder, sob a forma de ato ou de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, perturbações do desenvolvimento ou privação” (Krug et al., 2002, p.5). Neste contexto, em casos onde a violência está prevalente no seio familiar está colocado em causa o ideal de família, que deveria ser caracterizado pelos sentimentos, pela partilha, pelo afeto, pela compreensão e pela segurança (Alarcão, 2006; Costa & Duarte, 2000).

Desta forma, a violência doméstica, que se enquadra neste contexto, diz respeito “a um comportamento violento ou a um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar, ou que, mesmo não coabitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar” (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG], 2020, p.32). Este crime é uma violação dos direitos humanos e acarreta inúmeras implicações para as vítimas em todas as áreas da sua vida, nomeadamente a nível físico, emocional, psicológico, sexual, económico e social (Neves et al., 2022). A violência doméstica engloba vários tipos de violência, na qual se insere a violência conjugal, que se destaca como o exercício da violência por um/a companheiro/a ou ex-companheiro/a sobre o/a outro/a. Neste contexto, surge uma relação de intimidade onde se estabelecem as dinâmicas relacionais, os papéis, as responsabilidades e se partilham sonhos e planos para o futuro. O/A agressor/a, face à proximidade com a vítima, adquire os conhecimentos necessários para controlar, manipular e maltratar a mesma, que pela sua relação de proximidade, estabelece uma dinâmica de dependência, que dificultará o abandono da relação por parte da vítima, bem como para os seus familiares (CIG, 2020).

Enquadramento teórico

Violência marital

Ao longo dos séculos, a prática da violência conjugal era uma realidade comum nas famílias com valores patriarcais, ou seja, a mulher era vista com propriedade do homem. Desta forma, a violência conjugal era considerada um problema privado e não tinha lugar para ser discutido nem para qualquer intervenção (Hanada, 2007). Foi surgindo, ao longo dos tempos, um aumento substancial do interesse público acerca deste tema. Mas foi apenas nos anos 90 que ocorreram os primeiros movimentos feministas e pela igualdade entre homens e mulheres, que pretendiam expor o grande desequilíbrio entre géneros e, ao mesmo tempo, a carência de proteção das mulheres vítimas de violência (Lopes et al., 2012). Em Portugal, este tema começou a ser explorado na década de 1980, tendo sido criadas respostas e estratégias que condenassem comportamentos de violência doméstica (Lopes, 2013). A violência doméstica é um problema social complexo. Este determina-se, na sua maioria, pela sua continuidade, normalização e tolerância social (Martins, 2013).

No Código Penal português está presente o artigo 152º que descreve a atual definição do crime de Violência Doméstica: “(...) Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos

físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais: a) ao cônjuge ou ex cônjuge; b) a pessoa de outro ou do mesmo sexo com quem o agente mantenha ou tenha mantido uma relação de namoro ou uma relação análoga à dos cônjuges ainda que sem coabitação; c) a progenitor de descendente comum em 1º grau ou; d) a pessoa particularmente indefesa, nomeadamente em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabite; (...)" (Portugal, Código Penal, art. 152º, 1995).

Desta forma, nos dias de hoje, a violência doméstica constitui um crime público, assim: o crime pode ser denunciado por qualquer pessoa ou entidade; O procedimento criminal não depende da vontade da vítima; Não é possível desistir do processo-crime, mesmo que a queixa não tenha sido apresentada pela vítima, sendo que o Ministério Público se encarregará de conduzir o inquérito nos seus trâmites legais; O dever de denúncia é obrigatório para as entidades policiais e funcionários que, no exercício das suas funções, tomarem conhecimento de um crime (Portugal, Código Penal, art. 152, 1995). A vítima ou qualquer pessoa que tenha testemunhado o ocorrido, pode e deve apresentar queixa/denúncia na Guarda Nacional Republicana, na Polícia de Segurança Pública, na Polícia Judiciária ou no Ministério Público (Nerys, 2016). Assim, foram criados em Portugal núcleos de atendimento e acompanhamento para vítimas de violência doméstica, uma vez que este problema acarreta consequências subjacentes que comprometerão a saúde e bem-estar para a vítima, para a sua família e para toda a comunidade (Ventura et al., 2013).

A violência doméstica pode ser exercida de diversas formas, tendendo a escalar em frequência e intensidade, o que agrava o risco de revitimização das vítimas (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 1999; CIG, 2020), uma vez que está presente no dia a dia de uma forma tão constante passa a ser algo banalizado ou até mesmo ignorado (Diniz & Angelim, 2003). Neste contexto, o agressor e a vítima têm uma dinâmica relacional, o que proporciona uma maior possibilidade de acesso à rotina diária da vítima, potenciando o controlo, o medo e o trauma pelo controlo que este acabar por manter sobre a situação (Narvaz, & Koller, 2006).

Existem várias formas de violência segundo Neves, et al., (2022), como: a violência física, psicológica, sexual, económico-financeira e/ou social. A violência física é “qualquer ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de alguém, como bater, puxar cabelos, pontapear, empurrar ou ameaçar com recurso a arma branca ou de fogo, ou seja, é o uso de força física com a intenção de causar dano ou ferimentos, com implicações mais ou

menos severas, que pode culminar em lesões graves, a incapacidade ou a morte da vítima” (Neves et al., 2022, p.15). Durante muitos anos, apenas esta forma de violência era considerada violência. A violência psicológica é caracterizada pela ameaça, pela humilhação, pelo isolamento ou por qualquer outra conduta que condicione a saúde da vítima (APAV, 2004), ou seja, “são comportamentos com o objetivo de perturbar o bem-estar emocional da vítima, consternando-a e comprometendo a sua integridade psicológica” (Neves et al., 2022, p.16). Já a violência sexual é relativa “a comportamentos/ações que tenham como objetivo obrigar alguém a manter contacto sexual, físico ou verbal, ou a participar em algum ato sexual contra a sua própria vontade, recorrendo o agente agressor a mecanismos como a força, intimidação, a manipulação, a ameaça, ou qualquer outro que anule ou limite a autonomia pessoal da vítima. Ou seja, é a prática, ou tentativa, de atos de cariz sexual não desejados ou consentidos” (Neves et al., 2022, p.16). Ainda, a violência económico-financeira consiste em “todas as ações prestadas com o fim de controlar as finanças de outra pessoa, quer seja através da retenção/limitação do dinheiro ou dos cartões, controle dos gastos, acumulação deliberada de dívidas em nome do outro ou obrigando a outra pessoa a acumular dívidas, e forçar alguém a trabalhar” (Lopes et al., 2012, p.20), ou seja, são “comportamentos de controlo de bens e dinheiro, com vista a reforçar a relação de dependência e de controlo” (Neves et al., 2022, p.16). Por fim, a violência social comporta os “comportamentos que visam isolar a vítima da sua rede de suporte, tornando-a mais vulnerável e suscetível de ser manipulada” (Neves et al., 2022, p.16).

Estatisticamente, em Portugal, no terceiro trimestre de 2024, ficaram acolhidas 1 460 pessoas na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, destas 746 foram mulheres, 693 crianças e 21 homens. Ainda, foi fornecido transporte a 281 vítimas e proteção por teleassistência a 5 516 pessoas vítimas de violência doméstica. Foram registadas 8 443 ocorrências e aplicadas 8 415 medidas de coação de afastamento a agressores condenados por este mesmo crime (CIG, 2024). Relativamente às vítimas de Violência Doméstica, em 2023, 72.4% são mulheres, sendo que 69.3% têm idade igual ou superior a 25 anos, 20.8% tem menos de 16 anos e 9.9% tem entre 16 e 24 anos (Sistema de Segurança Interna, 2022). Já tendo em conta os/as denunciados/as, 80.2% são homens, sendo que 92.6% tem idade igual ou superior a 25 anos, 7.3% tem idade entre os 16 e os 24 anos e 0.1% tem idade inferior a 16 anos (Sistema de Segurança Interna, 2022).

A violência doméstica, nomeadamente a vitimada pelas mulheres, surge em todas as sociedades mundiais, condicionando a vida de pessoas de diversas classes, culturas, orientações sexuais, etnias e idades (Organização Mundial de Saúde [OMS], 2019). A prevalência deste tipo de violência mantém-se, fazendo com que esteja presente na agenda pública e política de diferentes países, originando ou consolidando políticas públicas de proteção às vítimas e à responsabilização dos agressores (Dias, 2017; Magalhães et al., 2015). O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, expôs que deveria ser uma prioridade para o futuro a manutenção da prevenção da violência contra as mulheres e raparigas e a redução destes problemas sociais, de forma a não afetar o desenvolvimento das próximas gerações de mulheres (Guterres, 2021).

A violência doméstica, além de ser problema de cunho público é, ainda, um problema da área da saúde com graves consequências psicológicas, físicos e sociais, como lesões, depressão e isolamento social, dependência financeira e baixa-autoestima (Carneiro et al., 2021), afetando negativamente a sua saúde mental e bem-estar emocional. Estes efeitos podem variar em intensidade e duração, de acordo com diversas questões sociais, históricas, económicas, culturais, geográficas, raciais, familiares, geracionais, relacionais, pessoais, religiosas, entre outros.

Consequentemente, a exposição a esta violência acarreta consequências no dia a dia. A autoestima é particularmente afetada devido à manipulação, à desvalorização que o agressor instiga, à internalização das acusações e insultos, fazendo com que a vítima se sinta responsável pelo abuso. Toda esta sequência de acontecimentos potencia um ciclo de dependência, originando recusa pela ajuda e um reforço do isolamento emocional (Leone et al., 2016), o que contribui para uma perceção distorcida de si mesma (Walker, 1979). Maioritariamente, o agressor tem ainda um papel de promotor do afastamento da sua companheira de amigos e familiares, criando ainda mais dependência emocional do agressor, comprometendo o bem-estar psicológico a longo prazo e produzindo um ciclo de submissão e medo (Levendosky et al., 2018).

Crenças

A crença é definida por uma tendência do individuo interiorizar determinados mitos e características culturais do local onde se encontra inserido. Este processo tem início na infância (Neves et al., 2022), a origem das crenças no ser humano é iniciada nesta fase resultando das

percepções criadas ao longo das interações com os sujeitos mais significativos e de acordo com um conjunto de acontecimentos e experiências. Desta forma, os indivíduos interpretam as suas experiências de acordo com as suas crenças, que estão latentes até surgir uma situação que as ative, modelando a resposta emocional e comportamental do indivíduo (Pires et al., 2017).

Em Moreira (2020) é possível entender que as crenças têm cinco funções essenciais: a função descritiva, ou seja, representação simbólica do que é entendido, sentido ou pensado; a função interpretativa, que significa o que é percebido, sentido ou pensado; a função explicativa, que pretende relacionar variáveis (dependentes e independentes); a função avaliativa, julgamento dos mais diversos objetos e situações sociais; e, a função avaliativa ou normativa, forma como as crenças direcionam os comportamentos e as condutas nas distintas situações sociais e no desempenho de papéis sociais.

Ainda de acordo com Gleitman (2002), as crenças poderão ter diferentes intensidades. Existem as que merecem uma reflexão crítica, permitindo uma maior flexibilidade e com maior possibilidade de serem modificadas pelo aparecimento de novas informações e, por outro lado, existem as automáticas que não são expostas à reflexão pessoal, sendo difícil serem alteradas. Soares e Cláudio (2010), demonstram que com o tempo as informações internalizadas passam a ser estáveis e consistentes, juntando-se às mais antigas. Assim, cada um tem uma rede de crenças que possibilita a compreensão da pessoa, do outro e de outras representações sociais, sendo um orientador das interações sociais (Fiske & Taylor, 1991). Desta forma, um acontecimento poderá originar diferentes visões em pessoas distintas (Beck, 1979). O sistema sociocultural tem, também, um papel fulcral na criação de crenças e na estruturação de relacionamentos interpessoais.

O processo involuntário de formação de crenças também se enquadra na temática da violência doméstica (Fernández, 2006), uma vez que estes comportamentos são obtidos pela observação e pela experiência de vida dos agressores, nomeadamente em ocasiões onde exista violência entre os pais e que a criança esteja exposta (Bandura, 1979; Duarte, 2011).

A violência está relacionada, ainda, às representações sociais, uma vez que cada um tem as suas crenças e referências próprias, ou seja, têm diferentes percepções sobre se um comportamento é violento ou não (Aldrighi, 2004). Assim, a violência surge como uma junção de crenças disfuncionais (Mendes, & Cláudio, 2010), que provêm da socialização e que são internalizadas desde cedo (Gonçalves et al., 2021), acabando por moldar o

comportamento. Perante isto, é essencial entender a forma como o indivíduo percebe a violência (Soares & Cláudio, 2010).

As crenças existentes sobre a violência doméstica originam diferentes sentimentos e emoções, que irão ter impacto nas avaliações sobre o tema, bem como no comportamento adotado. As avaliações positivas sobre a violência doméstica originarão uma legitimação dessa conduta (Mendes & Cláudio, 2010) e conseqüentemente ações negativas (Couto, 2013). Perante isto, as avaliações positivas relativas a este tema podem ser um fator de risco para exercer comportamentos violentos.

Almeida (2001) expõe mitos existentes na sociedade sobre a violência conjugal, que necessitam de ser desconstruídos. Um destes será, por exemplo, de que “maridos e mulheres sempre tiveram comportamentos de violência”, tratando-se de algo normal (Almeida, 2001). Outro será, por exemplo, que ainda existe a “percepção de que a violência conjugal se verifica exclusivamente em famílias cujo nível socioeconômico é mais baixo”, bem como a ideia de que o “consumo de álcool e outras substâncias são uma justificação para a existência de violência conjugal” (Almeida, 2001). Para além destas concepções, existem diversos ditados e dizeres populares como “entre marido e mulher não se mete a colher”, “bater é sinal de amor”, “uma bofetada de vez em quando nunca fez mal a ninguém” e “a mulher só é agredida porque não faz nada para o evitar ou porque merece”, que promovem, também, estas ideias que não devem prevalecer numa sociedade e que acabam por ser interiorizadas pelas próprias vítimas (Machado, 2015). Estes acabam por ser interiorizados e por criar crenças legitimadoras de comportamentos que seriam inaceitáveis, o que muitas vezes provoca uma negação em relação a abusos e violência (Mesquita, 2018). As crenças ligadas à violência afetam a percepção das pessoas e as considerações que fazem sobre a sociedade. Assim, é crucial entender as crenças e pensamentos disfuncionais entre os agressores, as vítimas e a população em geral (Ferrer-Pérez et al. 2019).

Relativamente às diferenças de género (Bucheli & Rossi 2019), os homens tendem a ter mais crenças favoráveis à violência doméstica do que as mulheres. Machado et al. (2003) também concluíram que a maioria dos agressores do sexo masculino creem que a violência é aceite e justificada pelos comportamentos das mulheres e/ou a causas externas fora do seu controlo, como o álcool ou a pobreza. Desta forma, os fatores culturais são utilizados pelos agressores como forma de justificar, de alguma, forma os seus comportamentos violentos, desresponsabilizando-se (Machado et al., 2003).

Por outro lado, as vítimas, normalmente, têm crenças relacionadas com a dinâmica do relacionamento, como sentimentos de culpa, conduta subserviente e crenças sobre o casamento (Bosch-Fiol & Ferrer-Pérez, 2012; Puente-Martínez et al., 2016). Estes fatores poderão impedir as vítimas de procurarem ajuda e são um problema na prevenção da violência doméstica, uma vez que estes comportamentos muitas vezes ainda são legitimados culturalmente (Almeida et al. 2023 ; Alves et al. 2019). Assim, estes mitos e crenças originam a submissão das vítimas e a percepção de que esta deverá satisfazer as necessidades do seu companheiro (Diniz & Angelim, 2003). Pelo contrário, as não-vítimas maioritariamente tomam a violência doméstica como mais inaceitável e injustificável (Kimmel, 2002).

Desta forma, é perceptível que a forma como são vistos o amor e a violência será influenciada pelas diferenças de posicionamento de cada um na estrutura social onde estão inseridos (Anderson, 2005), nomeadamente no que diz respeito às diferenças de género no estudo de De Carvalho Mota (2021) os participantes de sexo masculino expuseram uma maior de tolerância à violência conjugal do que as do género feminino. Assim, confirma-se que a sociedade coloca a mulher e o homem em posições e papéis sociais diferentes, o que irá influenciar a forma de perceber e de experienciar o amor de uma forma desigual.

Concluindo, o sistema de crenças influencia a maneira como o indivíduo vê a violência conjugal, uma vez que algumas crenças poderão não ter como base a realidade (Weil & Lee, 2004), bem como o facto de as crenças serem conceitos de difícil definição e quantificação, devido à individualidade das mesmas e ao seu difícil de acesso, dificultando e complexificando o seu estudo (Beck, 1979). Desta forma, neste momento torna-se necessário colmatar as crenças erróneas que existam ainda na sociedade em relação a este problema social (Machado et al. 2015), tanto junto das vítimas, como do agressor e da comunidade, de forma a potenciar a sua saúde e bem-estar.

A terapia cognitivo-comportamental é um dos modelos que poderá ser seguido pelo psicólogo de forma a trabalhar estas questões, esta baseia-se na identificação e estruturação de três níveis de cognição: o primeiro serão os pensamentos automáticos que são involuntários e passam na nossa mente a todo instante, sendo de fácil de acesso e modificação (Barros, Duarte & Lopes (2014); seguem-se as crenças intermediárias são as crenças centrais sobre si, os outros e o mundo, que se formam a partir de experiências remotas da infância (Beck, 1997); por fim, o último são as crenças nucleares, são as mais enraizadas, modelando o estilo de pensamento (Barros, Duarte & Lopes (2014). Ou seja, são estes terceiros que irão determinar as dificuldades

ou facilidades encontradas no processo terapêutico, onde, neste contexto, a vítima deverá identificar as distorções cognitivas (psicoeducação) e corrigi-las (exposição) e, conseqüentemente, potenciar a sua qualidade de vida (reestruturação cognitiva) (Petersen, Zamora, Fermann, Crestani, & Habigzang, 2019; Gomes, 2012).

As crenças de um casal podem, ainda, interferir na satisfação conjugal, uma vez que esta tem como referência as percepções de cada elemento em relação aos cônjuges e à relação (Halford et al, 1997). A investigação destaca, ainda, que a satisfação conjugal também está relacionada à saúde e à qualidade de vida (Norgren et al., 2004; Scorsolini-Comin & Santos, 2010; Wilhelm & Oliveira, 2011). Assim, existirá satisfação entre o casal e na relação se forem percebidos mais benefícios. Contrariamente, quando existe violência a qualidade de uma relação conjugal fica condicionada (Félix, 2023).

Satisfação Marital Percebida

A tentativa de criar e manter um relacionamento significativo e positivo com um parceiro romântico é um dos constituintes básicos da experiência humana, acontecendo independentemente das diferenças culturais. O iniciar de uma vida a dois principia uma nova etapa pessoal e familiar, originando uma nova identidade própria, o casal, apesar da individualidade de cada um (Leal, 2020).

No começo do século XXI, as particularidades da estrutura das famílias alteraram-se, com as modificações do casamento, o aumento do número de divórcios, a maior tolerância do adultério e a crescente apreciação do corpo, do sexo e do erotismo. Os núcleos familiares têm evoluído da família tradicional composta pelos pais e filhos para famílias monoparentais e para núcleos familiares que trazem filhos de relações anteriores (Marques, 2001). Estas alterações são um espelho de uma sociedade que se tornou mais tolerante e respeitosa pelas diferenças, como, por exemplo, na aceitação de casamentos inter-raciais e homossexuais. Todo este panorama desafia, assim, o tradicional entendimento do que se considera a satisfação conjugal (Marques, 2001).

A satisfação marital percebida expõe a qualidade da relação amorosa que é entendida por um dos intervenientes deste mesmo relacionamento. Assim, esta é resultante de uma avaliação subjetiva relativamente ao comportamento dos parceiros e do sucesso do relacionamento, que advém da comparação entre a relação idealizada e a relação real existente (Dela Coleta, 1989).

Apesar desta subjetividade e de ainda existir alguma confusão terminológica, o conceito de satisfação marital tem em conta as expectativas que o indivíduo tem acerca da sua relação amorosa e do impacto que estas têm na relação (Li & Fung, 2011; Narciso & Ribeiro, 2009).

O Modelo Integrativo de Whisman (1997; 2019) refere que a satisfação marital poderá ser estimada como menor ou maior, em tendo em conta os fatores intra e interpessoais, os fatores contextuais e entre ambos os fatores. Assim, as características da personalidade, as cognições, os padrões afetivos e a vinculação do indivíduo (fatores intrapessoais) têm muita importância na avaliação da satisfação na relação. Tal como estes, fatores como os estilos de comunicação e de resolução de conflitos e as semelhanças entre os cônjuges (fatores interpessoais) também exercem uma grande influência neste processo, uma vez que acabam por toldar a relação. Cada relação, entendida como uma cooperação a dois, depende ainda dos fatores envolventes dos intervenientes de uma relação, ou seja, poderá ser alterada com o tempo tendo em conta os mesmos. A satisfação marital tende a seguir um formato de “U”, ou seja, inicia-se de uma forma bastante satisfatória nos primeiros anos, acabando por ir diminuindo com o tempo e, por fim, volta a atingir valores mais altos nos últimos anos, seguindo as diferentes fases de vida de cada um, bem como os fatores externos que poderão ter influência nestes (Narciso, 2001; Pérez & Estrada, 2006; Stephen & Raj, 2014).

A satisfação marital é uma área de estudo relevante, uma vez que se torna pertinente compreender os elementos da relação que contribuem para uma maior satisfação. A identificação destes fatores permite uma melhoria dos processos de aconselhamento conjugal e educação matrimonial, assim como evitar outros comportamentos que possam contribuir para uma diminuição da satisfação conjugal (Soares, 2015).

Resumindo, a satisfação marital surge quando há o cumprimento dos gostos, o conhecimento dos atributos da personalidade, o estabelecimento de regras de comportamento e a formação de padrões de relacionamento em ambos os parceiros. Este conceito é, maioritariamente, potenciador de proteção contra aflições psicológicas e fisiológicas, da satisfação com a vida, do sucesso no trabalho e da comunicação social (Hatami et al., 2009).

A violência doméstica acaba por ter neste conceito um papel bidirecional, uma vez que a baixa satisfação marital pode ser potenciadora de comportamentos violentos, sendo que por outro lado, diminui a satisfação no relacionamento (Babcock et al., 2016).

Existem diversos aspetos essenciais do relacionamento que contribuem e influenciam a perceção global de satisfação marital percebida, nomeadamente a distorção idealística, a

satisfação conjugal, os aspetos da personalidade, a comunicação e resolução de conflitos, a administração financeira e igualdade, as atividades de lazer, a relação sexual, os filhos e o matrimónio, a família e amigos e a orientação religiosa (Fowers & Olson, 1993; Vaz Serra, 1999).

Distorção Idealística

A distorção idealística acontece quando um parceiro ou ambos fazem uma idealização sobre si, o seu relacionamento ou algumas áreas da vida. Desta forma, estes acabam por ter uma ideia excessivamente positiva e irrealista da sua relação (Fowers & Olson, 1993). Consequentemente, surge uma visão muito mais otimista do relacionamento do que ele é na realidade, sendo assim minimizados os problemas (Fowers & Olson, 1993). Esta posição origina a ignorância de problemas sérios, tal como episódios de violência.

Em relações violentas em que esteja presente a distorção idealística a pessoa que idealiza o relacionamento pode ter dificuldade em entender o padrão de violência e não procurar ajuda achando sempre que o seu parceiro poderá mudar e corresponder à sua idealização (Givertz & Segrin, 2018).

Concluindo, ao reduzir estas idealizações, é possível promover uma compreensão mais saudável do amor (Mesquita, 2018) e, consequentemente, aumentar a satisfação conjugal e reduzir a incidência de violência.

Satisfação conjugal

O termo satisfação tem uma relação positiva com o prazer, o bem-estar e a felicidade (Narciso, 1994;1995). Narciso & Ribeiro (2009) expuseram que a satisfação conjugal provem uma avaliação pessoal da sua relação, ou seja, a satisfação dentro deste contexto expõe uma avaliação saudável da relação que vive.

A Satisfação Conjugal segundo Gottman et. al. (1998) relaciona-se com o nível de satisfação existente na extensão da vida partilhada, assim os mesmos autores referem existirem momentos pontuais em que impera o sentimento contrário. A angústia e o conflito conjugal são fatores que poderão colocar em risco a saúde dos envolventes, nomeadamente através de disfunções e

psicopatologias (Litzinger & Gordon, 2005). Pelo contrário, o sucesso e satisfação conjugal estão relacionados com uma maior saúde e longevidade (Litzinger & Gordon, 2005).

São diversos os fatores presentes diariamente que podem diminuir a satisfação conjugal, entre estes estão: os conflitos, o ajustamento mútuo, os medos, a não satisfação sexual, o cansaço, a falta de tempo para a relação, bem como o modo como o tempo juntos é despendido. Já os fatores que potenciam a satisfação conjugal são, por exemplo: a construção a dois, a descoberta do outro, a autonomia, a estabilidade e os objetivos conseguidos (Narciso, 1994;1995).

Aspetos da personalidade

A personalidade tem diversas conceptualizações sendo um conceito complexo e difícil de definir, esta é diversas vezes vista como as tendências de conduta que fornecem consciência às pessoas e suas ações, reações e estilos cognitivos (Guedes, 2012). A personalidade para Allport (1937) era uma organização ativa composta por sistemas psicofísicos, que determinam o comportamento e o pensamento do indivíduo. Desta forma, este constructo acaba por ser condicionado pela genética e pelo meio envolvente, ou seja, é singular e representa a individualidade (Triandis & Suh, 2002; Leontiev, 1978).

A personalidade existe apenas nos seres humanos, a individualidade de cada um confere ao recém-nascido meios que vão potenciar a criação da sua personalidade ao longo da vida (Vieira, 2016). Pensa-se que os traços de personalidade iniciam o seu desenvolvimento ainda na infância, ficando estes estabilizados apenas por volta dos trinta anos de idade (Lima & Simões, 2000).

A relação entre a satisfação conjugal e a personalidade foi estudada diversas vezes nos últimos anos, por diferentes autores e em diversos países (Vieira, 2016). Diferentes investigações sobre este tema confirmam que as diferentes particularidades da personalidade têm impacto na satisfação conjugal (Menezes, 2008), uma vez estas potenciam o aumento ou a diminuição da frequência e da intensidade das interações entre o casal, desta forma existem aspetos da personalidade que influenciam estas interações (Donnellan et. al., 2004).

Donnellan et al. (2004) propõem que existem traços de personalidade que potenciam a maior duração da relação, podendo condicionar a satisfação que o indivíduo terá com o relacionamento.

Comunicação e resolução de conflito

Diversos investigadores estão de acordo em relação à importância que as competências de comunicação continuam a ter na satisfação do casal. Entre casais, a manutenção do relacionamento através dos conselhos e gestão de conflitos (Stafford et al., 2000) resultam maioritariamente em sentimentos de felicidade, satisfação e comprometimento entre os elementos do casal (Canary et al., 2002). Além disso, um conjunto de investigações propõe que conflitos frequentes nos relacionamentos originam uma menor satisfação relacional (Lloyd, 1990). Ainda, a intensidade do conflito poderá afetar a satisfação conjugal (Janicki et al. 2006). Desta forma, as estratégias de comunicação como ignorar ou evitar conflitos podem, por vezes, trazer aos indivíduos maior satisfação nos seus relacionamentos (Bradbury et al., 2000; Rands et al., 1981). Ainda a comunicação autêntica e genuína e a capacidade de expressar emoções sem medo de julgamento ou rejeição poderá influenciar a satisfação marital, uma vez que os comportamentos defensivos podem prejudicar a intimidade e a compreensão mútua (Mesquita, 2018).

Desta forma, apesar de a comunicação não ser o único determinante da satisfação conjugal, Litzinger e Gordon (2005) propõem que os casais mais descontentes expõem dificuldades na comunicação e que esta, conseqüentemente, potencia a insatisfação conjugal. Pelo contrário, Benkovskaia (2008) refere que os casais que demonstram mais satisfação têm a capacidade de comunicar de uma forma mais clara, estando disponíveis para conhecer as necessidades e os sentimentos do parceiro.

Concluindo, é possível entender que as competências comunicacionais sejam estas positivas ou negativas condicionam a satisfação conjugal (Johnson et al., 2005; Rehman & Holtzworth-Munroe, 2007). Desta forma, a comunicação está na base da satisfação na relação, uma vez que essencialmente em situações de conflito esta tende a não estar presente. Ou seja, esta é primordial para a qualidade e para a satisfação conjugal (Gottman et al., 2006).

A comunicação assume, também, um papel de grande importância na violência conjugal uma vez que pode gerar diferentes cenários potenciadores de conflito. O tipo de comunicação de ambas as pessoas que compõem o casal poderá ser o primeiro fator de risco, podendo originar comportamentos agressivos e críticas constantes, bem como manipulação, humilhação e abuso. Ainda, a comunicação poderá ajudar a resolver conflitos, mas o contrário também é

verdade, originando mais insatisfação e incapacidade de resolução de conflitos sem recorrer à violência (Ghiasee & Sağsan, 2021).

Administração financeira e Igualdade

O baixo estatuto económico, que poderá estar associado a dificuldades materiais, poderá, também ele, comprometer a estabilidade da relação, uma vez que, quando as necessidades fundamentais de um casal não são satisfeitas, os parceiros podem prestar menos atenção à intimidade e à realização emocional (Patel, 2005), apesar de este não ser um fator determinante.

Borsa e Feil (2008) debatem o papel que a mulher assume em questões relacionais, emocionais e familiares, referindo que o seu emprego tendencialmente tente a ser compatível com uma prosperidade económica, mas também com a vivência familiar. Por outro lado, o homem tem o seu foco no prestígio social, no êxito profissional, no estatuto e no salário. Ao longo do tempo, a mulher tem lutado pela igualdade de direitos em todas as áreas da vida, e as condições de trabalho não são diferentes. Hoje, aproximam-se cada vez mais da situação do papel destinado ao homem na sociedade (Araújo, 2007), apesar de ainda persistirem diversas comunidades que seguem valores e papéis mais conservadores e discriminatórios da mulher (Araújo, 2007; Cardoso, 2011).

Atividades de lazer

O lazer está na base de qualquer pessoa. Este caracteriza-se pela realização de experiências que são prazerosas tendo em conta a individualidade e os recursos disponíveis de cada um (Roberto et. al., 2020). Este pretende satisfazer necessidades sociais, emocionais e físicas dos indivíduos, ou seja, depende do sistema de valores e aspirações (Marcellino, 2002). Azevedo & Carvalho (2006) dizem existirem diversas investigações que demonstram que o lazer em contexto familiar proporciona bem-estar para todos os elementos da mesma. Ainda, é de ressaltar que as atividades de lazer vividas sozinho ou com membros da família correspondem ao período de vida em que o indivíduo se encontra e refletem as tendências culturais em que a família se insere (Iwanowicz, 2000).

No período inicial da relação existem diferentes compensações intrínsecas, ou seja, sem esperar receber algo em troca, nomeadamente através da satisfação obtida com as atividades

diárias (Rempel et al., 1985). Pelo contrário, existe a motivação extrínseca à relação, tal como o status social, as relações sociais ou negócios (Rempel et al., 1985). Rempel et al. (1985) e Seligman et al. (1980) indicaram que quem mantém uma relação através deste último tipo de motivação mencionam menos amor do que os restantes. Desta forma, segundo os mesmos autores, maioritariamente uma relação perpetua e confere mais bem-estar e satisfação quando a motivação é mais intrínseca que extrínseca.

São, portanto, atividades inerentes à vida do casal, que potenciam satisfação caso exista cumplicidade de interesses e desenvolvimento de padrões relacionais (Olson e Fowers, 1993; Tavakol et al., 2017). Isto surge através da criação de um vínculo emocional entre o casal originado pelas experiências em comum, que quando positivas, potenciam a satisfação na relação (Olson et al., 1989).

Em relações onde estas atividades realizadas em conjunto não existem, não havendo momentos de conexão são potenciadoras de situações de violência, nomeadamente de violência marital, uma vez que há uma deterioração do vínculo saudável (Olson et al., 1989).

Relação sexual

Além dessas variáveis, Catão et al. (2010) destacaram que a satisfação sexual também está interligada com a satisfação conjugal, uma vez que a sexualidade é uma parte importante das relações românticas (Butzer & Campbell, 2008). A satisfação sexual é, segundo a Organização Mundial de Saúde, um constructo complexo, composto por aspetos fisiológicos, psicológicos e afetivos (World Health Organization, 2010) e é influenciado pela sociedade em que a relação persiste (Sánchez-Fuentes et. al., 2014). Tem sido estudada a relação entre a satisfação sexual e seus componentes e o seu impacto na satisfação individual e conjugal (Gomes, 2020).

Diferentes estudos expõem que a satisfação sexual é uma parte integrante importante na satisfação conjugal e a estão relacionadas (Trudel, 2013). A satisfação sexual está relacionada com a qualidade do sexo, a frequência, sentimentos de amor, a felicidade e baixos níveis de conflitos conjugais (Bodenmann et al., 2007). Pacheco (2008), defende que a satisfação sexual é essencial para a manutenção do amor. Desta forma, em relações onde existe uma maior insatisfação conjugal tende a estar prevalente a inatividade sexual e a separação. Pelo contrário, quando existe satisfação conjugal é mais provável que exista desejo de intimidade sexual (Litzinger & Gordon, 2005).

Concluindo, fatores como a reciprocidade pela procura de atividade sexual, a frequência das relações sexuais, os papéis sociais destinados ao casal e as carícias presentes na relação são fatores que poderão ser preditores de satisfação conjugal (Catão et al., 2010).

Filhos e matrimônio

A parentalidade é usualmente uma fase bastante relevante, uma vez que acarreta várias mudanças na dinâmica do casal (Ferreira, 2013). Na vivência das relações familiares e da parentalidade acabam por surgir multiplicidades de subsistemas intrafamiliares, que se podem cruzar e influenciar reciprocamente. No que diz respeito à estruturação da família atual, a sua instabilidade origina uma estrutura cada vez mais diversificada, através do aumento dos divórcios, das transformações dos papéis sociais, da crescente atividade profissional feminina e da redução do número de elementos nos agregados familiares (Pollmann-Schult, 2014).

A interdependência entre os filhos e a satisfação marital está de acordo com a ideia de que a parentalidade potencia a satisfação marital (Christopher et al., 2015; Lee & Doherty, 2007). As famílias que proporcionam uma educação mais funcional proporcionam um equilíbrio na sociedade e, conseqüentemente, maior bem-estar e menor risco psicossocial de cada um dos indivíduos que compõem a família.

Relativamente a famílias nas quais a violência doméstica é comum, as conseqüências prejudiciais surgem junto das vítimas, mas também perante os seus filhos que estão expostos e que acabam por ter conseqüências físicas e/ou psicológicas que condicionam o seu futuro. Diversos investigadores referem pessoas que vivenciaram situações de violência doméstica na infância, normalmente tendem a submeter-se a ciclos similares (Tavares, 2011).

Família e amigos

Cada elemento do casal anteriormente construiu as suas crenças, desejos e ideações sobre o que esperam num relacionamento, estes têm como base o que viveram até então, por exemplo, através do relacionamento dos seus pais e de outros familiares, o que impactará de forma positiva ou negativa a relação conjugal (Féres-Carneiro, 2005).

Desta forma, a escolha do parceiro tem em conta ideais que seguem a consciência ou a inconsciência, ou seja, para esta fase o indivíduo baseia a sua escolha naquilo que já viveu e

nas formulações internas que fez sobre isso (Féres-Carneiro & Magalhães, 2005; Rosset, 2005) bem como por fatores socioculturais (Féres-Carneiro & Magalhães, 2005; Zordan, 2008). Também os autores Féres-Carneiro e Diniz Neto (2008) e Zornig (2010) expõem que existe uma influência mútua entre todos os elementos que compõem uma família, potenciando a intergeracionalidade e a transgeracionalidade de crenças e ideais.

Estes elementos familiares, bem como a rede de amigos, podem criar uma grande fonte de apoio no desenvolvimento da relação, através de, por exemplo, ajuda com as crianças e apoio emocional. Desta forma, existe uma maior sensação de segurança no relacionamento. No entanto, este apoio externo poderá ser potenciador de tensões no relacionamento, tendo em conta a dinâmica e a influência exercida por essas pessoas, uma vez que quando excessiva pode gerar conflitos, especialmente se existirem diferenças na maneira como cada elemento do casal lida com essas relações externas (Fowers, & Olson, 1989).

Orientação religiosa

A religião é uma das bases da existência do indivíduo, dado que para as pessoas crentes, todas as questões da vida pessoal e social são influenciadas pela fé (Marinho & Ecco, 2020). Rojahn (2020), ainda, declara que esses comportamentos têm influência nos valores morais do indivíduo, ou seja, poderão estar na base do modo como a pessoa compreende o mundo, a si própria, como se relaciona com os outros, bem como, na sua forma de tomada de decisões. A religião, desta forma, permite ao indivíduo procurar e expressar os seus valores transcendentais, criar tradições, rituais, símbolos e seguir doutrinas (Inoue & Vecina, 2017). Todos estes fatores desenvolvidos pela religião acabam por ser socialmente normatizadores o que faz com que a pessoa devota na mesma seja influenciada pelos valores normativos da doutrina de “certo e errado” (Carvalho et al., 2020). Assim, a religião estabelece-se como um sistema de crenças, bem como um sistema de valores e rituais que deverão ser praticados por uma comunidade.

Desta forma, os valores e normas que modelam os relacionamentos românticos, especialmente o casamento, podem ser influenciados por crenças religiosas, assim a religiosidade estará provavelmente associada à satisfação conjugal. Diversos autores demonstraram que um alto nível de religiosidade está associado a níveis mais elevados de satisfação conjugal (Santos, et al., 2021).

Objetivos e hipóteses do Estudo

Em Portugal, nos últimos 20 anos, o tema da violência conjugal tem vindo a ser cada vez mais estudado e investigado sob a perspetiva de diferentes domínios, nomeadamente a Psicologia. Foi este desenvolvimento de diversas investigações que possibilitou uma maior visibilidade e o reconhecimento para a sociedade de que esta é uma problemática com responsabilidade pública (Mendes, 2016). Tal como internacionalmente, também em Portugal os dados e investigações (Machado et al., 2003) expõem a extensão preocupante da violência na intimidade, fenómeno que acarreta custos na saúde física e psicológica da população (Machado & Matos, 2001).

Numa tentativa de combate a este fenómeno são criados programas educativos de prevenção e intervenção, de forma a reduzir a violência, nomeadamente contra as mulheres. Assim, torna-se essencial entender as crenças enraizadas socialmente em relação a uma possível aceitação da violência contra as mulheres (Kerman & Ozturk, 2022). Apesar de, hoje em dia, ser de notar um desenvolvimento na investigação e prevenção desta problemática (Martins, 2013), é necessário ainda um grande investimento essencialmente na desmistificação das crenças, ainda existentes, acerca da violência, de forma a que exista uma maior sensação de satisfação conjugal e, conseqüentemente, um maior bem-estar e saúde.

Desta forma, o presente estudo pretende comparar as crenças e a satisfação conjugal percebida de mulheres que tenham sido ou sejam atualmente vítimas de violência doméstica por parte dos seus companheiros, com mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica por parte dos seus companheiros e entender se existe alguma correlação entre estas variáveis.

Tendo por base a revisão da literatura, hipotetiza-se que as mulheres vítimas tenham valores mais altos em crenças tolerantes de violência, bem como que sintam ou tenham sentido na sua última relação uma menor satisfação marital, do que as mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica. Desta forma, os estudos sobre estas temáticas ajudarão na compreensão do fenómeno, podendo ter impacto na forma como serão desenvolvidas intervenções com o agressor e com a vítima, assim como a adoção de estratégias de prevenção de comportamentos violentos nas relações conjugais (Ferreira, 2018).

Método

A presente investigação seguiu um desenho quantitativo, transversal, comparativo e correlacional.

Participantes

A amostra é composta por pessoas do sexo feminino que reportaram nunca terem sido vítimas de violência doméstica e outro grupo que esteve ou está atualmente numa relação amorosa na qual houve ou há violência por parceiro íntimo. As pessoas que fazem parte deste segundo grupo estão ainda a ser acompanhadas por uma organização de apoio à vítima, ou seja, estão ainda a ser afetadas pela relação que gerou violência.

A amostra que serve de base ao presente estudo é composta por 22 vítimas de violência doméstica por parte dos seus companheiros, com uma média de idade de 37.9 anos ($DP=7.8$, $Med=35.5$, mín-máx=26-54), sendo, maioritariamente, o seu estado civil de solteiro ($n=16$, 72.7%), com escolaridade correspondente ao 12º ano ($n=9$, 40.9%) e estando atualmente a trabalhar ($n=19$, 86.4%). Relativamente ao número de filhos desta amostra esta tem média de 1.7 ($DP=1.0$, $Med=2.0$, mín-máx=0-4). Foi ainda questionada qual a duração da relação em que se encontravam, sendo que este grupo obteve uma média de 9.1 anos ($DP=7.9$, $Med=10.0$, mín-máx=0.3-31.0), sendo excluídas 3 respostas que não correspondiam ao que foi interrogado.

A amostra correspondente às não-vítimas tem também 22 pessoas, com média de idades de 34.3 anos ($DP=11.4$, $Med=33.5$, mín-máx=22-55), sendo, maioritariamente, o seu estado civil de solteiro ($n=11$, 50.0%), com escolaridade correspondente à licenciatura ($n=14$, 63.6%) e estando atualmente a trabalhar ($n=20$, 90.9%). Relativamente ao número de filhos desta amostra tem média de 0.9 ($DP=0.9$, $Med=0.5$, mín-máx=0-2). Foi ainda questionada qual a duração da relação em que se encontravam, sendo que este grupo obteve uma média de 11.1 anos ($DP=10.5$, $Med=7.0$, mín-máx=1.5-35.0). A Tabela 1. demonstra a caracterização sociodemográfica dos participantes.

Tabela 1

Características sociodemográficas dos participantes.

Variáveis	Vítimas		Não-vítimas	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Estado civil				
Divorciada	2	9.1	2	9.1
Solteira	16	72.7	11	50.0
Casada	3	13.6	7	31.8
União de Facto	1	4.5	2	9.1
Escolaridade				
Licenciatura	6	27.3	14	63.6
Mestrado	2	9.1	5	22.7
12º ano	9	40.9	2	9.1
Inferior ao 12º ano	5	22.7	1	4.5
Trabalha				
Sim	19	86.4	20	90.9
Não	3	13.6	2	9.1
Nº Filhos				
0	2	9.1	11	50.0
1	8	36.4	3	13.6
2	7	31.8	8	36.4
3	4	18.2	0	0.0
4	1	4.5	0	0.0
Está numa relação				
Sim	10	45.5	19	86.4
Não	12	54.5	3	13.6

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Para esta investigação foi necessária uma caracterização da amostra, assim foi produzido um questionário sociodemográfico, que pretendeu reunir dados relevantes para o estudo sobre os participantes. O questionário sociodemográfico respondido pelos participantes era composto por questões que visavam obter informação sobre as seguintes variáveis: género, idade, estado civil, número de filhos e a sua idade, escolaridade, condição perante o trabalho e se está numa relação (anexo C).

Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC). Machado, et al. (2015), durante o ano 2000, desenvolveram um projeto de estudo sobre as crenças e atitudes culturais relativamente à violência exercida no contexto familiar, após entenderem que não existiam instrumentos que avaliassem o constructo aferidos para a população portuguesa. Desta forma,

criaram a Escala de Crença Violência Conjugal. Esta escala possibilita a avaliação das crenças em relação à violência física e psicológica exercida no contexto de relações conjugais. A escala tem 25 itens, com uma escala de resposta de cinco pontos, todos estão formulados no mesmo sentido (1=discordo totalmente; 2=discordo; 3=nem concordo nem discordo; 4=concordo; 5=concordo totalmente), e sua consistência interna, obtida através do coeficiente *alpha de Cronbach*, é de .93. Trata-se, pois, de uma escala que tem um elevado grau de consistência interna. Esta escala poderá ter como participantes a população adulta. Para a avaliação da validade da escala Machado, et al. (2015) realizaram uma análise fatorial dos itens (método de componentes principais, com rotação varimax). A partir desta análise identificaram-se 4 fatores que explicavam 48,1% da variância dos resultados. O *fator 1* explica 40.2% da variância comum. Este integra um conjunto de crenças que normalizam e banalizam a pequena violência (como: bofetadas, insultos), a qual é considerada erradamente como comum, normal e pouco grave. O fator 1 ficou designado como fator de "legitimação e banalização da pequena violência". Se o meu (minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir. O *fator 2* explica 7.1% da variância comum. A análise dos itens que o integram demonstrou que este revela a legitimação da violência através da conduta da mulher (como: falta aos deveres, infiel, má esposa, insultuosa, provocadora). Desta forma, o fator 2, é reconhecido como "legitimação da violência pela conduta da mulher". O *fator 3* explica 4.4% da variância comum. Este fator alberga os itens que localizam a fonte da violência familiar num conjunto de fatores externos à conduta do maltratante (como: álcool, desemprego, drogas, dificuldades económicas, relações extraconjugais). O fator 3 ficou designada como "legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas". Por fim, o *fator 4* explica 4.2% da variância comum. A análise dos itens presentes neste fator mostra-nos que estes legitimam a violência pelo apelo ao conceito de privacidade e pela necessidade de preservar as famílias das intromissões exteriores. Desta forma, o fator 4 é conhecido como "legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar". “A escala pode ser administrada individualmente ou em grupo, sem tempo limite. A pontuação total da escala é obtida pelo somatório direto das respostas a cada um dos itens. Pode, ainda, ser calculada a nota para cada fator, pela soma da pontuação dos itens que o integram. A pontuação total da escala calcula o grau de tolerância/aceitação do sujeito quanto à violência conjugal (física e/ou emocional). A pontuação em cada um dos fatores permite-nos perceber melhor o tipo de crenças específicas envolvidas nesta tolerância à violência” (Machado, et al., 2015). No entanto, os autores deixam como nota que desaconselham o uso desta escala como forma de despiste da violência conjugal, uma vez que esta é uma escala de atitudes.

ENRICH (Enriching & Nurturing Relationship Issues, Communication & Happiness/‘Enriquecimento e Desenvolvimento Conjugal, Comunicação e Felicidade’). O Inventário ENRICH foi completado por Olson, et al. (1983) e, mais tarde, ampliado (Fowers & Olson, 1989; Fowers & Olson, 1993; Olson & Olson, 1997). Em Portugal, o trabalho de Marques (2000; 2001) na sua dissertação de mestrado “Amor e Qualidade Conjugal em Estudantes do Ensino Pós-Graduado”, traduziu e adaptou o inventário para a população portuguesa, conseguindo uma consistência interna de 0,93 de *Alpha de Cronbach* e com resultados concordantes aos criadores do instrumento. A versão que será tida em conta é a adaptação e tradução para a população portuguesa do Inventário. O ENRICH é composto por 125 itens e 12 subescalas, nomeadamente: Distorção Idealista, Satisfação Conjugal, Questões de Personalidade, Comunicação, Resolução do Conflito, Administração Financeira, Atividades de Lazer, Relação Sexual, Filhos e Casamento, Família e Amigos, Igualdade de Papéis e Orientação Religiosa. Os itens de cada subescala estão sujeitos a uma resposta que varia entre cinco possibilidades de resposta entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”. Desta forma, as classificações deste questionário podem variar entre o valor 115 e 575, uma vez que os pesos dos itens variam de 1 a 5 pontos. A avaliação correspondente ao 5 expõe a satisfação situada nos extremos da escala (‘sempre’ ou ‘nunca’, dependendo se o item está formulado em direção positiva ou negativa) e o 1 expõe a insatisfação. Desta forma, as respostas de sentido positivo seguem o seguinte esquema de pontuação: Discordo totalmente = 1; Discordo moderadamente = 2; Não concordo, nem discordo = 3; Concordo moderadamente = 4; Concordo totalmente = 5. Por outro lado, os itens de ordem inversa (assinalados com (-) nos quadros anteriores) são pontuados da seguinte forma: Discordo totalmente = 5; Discordo moderadamente = 4; Não concordo, nem discordo = 3; Concordo moderadamente = 2; Concordo totalmente = 1. Os valores dos itens devem ser calculados por subescala. Este cálculo não deve ocorrer caso mais do que um item dessa subescala não tiver sido respondido. Nestes casos o investigador deve substituir esse item pela média dos itens assinalados nessa subescala. Importa, ainda, mencionar que a aplicação isolada de grupos de itens pode apresentar problemas de validade e fidedignidade, uma vez que um inventário deve ser aferido e visto como um todo ou por subescalas e nunca por itens isolados. De maneira a conhecer-se o grau de satisfação conjugal que permite avaliar a qualidade das relações, a cotação da escala foi organizada da seguinte forma: a pontuação da escala pode variar entre 115 e 575, isto é, se um individuo responde 1 (discordo totalmente) obtém uma pontuação de 115. Se todos os itens

forem respondidos com 5 (concordo totalmente), obterá uma pontuação de 575. Desta forma, os autores criaram o seguinte índice: 115-230 totalmente insatisfeito; 230-345 pouco satisfeito; 345-460 satisfeitos; 460-575 muito satisfeito. A seguir a este cálculo, efetuou-se o mesmo para os resultados das subescalas.

Recolha de dados

A amostra do grupo das mulheres que são ou foram vítimas de violência doméstica por parte dos companheiros foi recolhida entre os meses de dezembro de 2023 e abril de 2024. Este grupo foi inquirido através do contacto com instituições de apoio à vítima (APAV Cadaval, APAV Santarém, Ser Mulher, Casa de S`antana), garantindo que as situações de violência ainda têm impacto da situação vivida na sua vida (anexo D).

O segundo grupo foi inquirido entre maio e junho de 2024. A dimensão amostral do primeiro grupo (vítimas) definiu a dimensão do grupo das mulheres que nunca foram vítima de violência doméstica. Os participantes foram recrutados online através de processos de amostragem bola de neve através do contacto de pessoas conhecidas.

As escalas foram transportadas para o Google Forms. Foi garantido o anonimato e confidencialidade de todas as participantes, que participaram de forma voluntária e sem obter qualquer ganho com a participação neste estudo, tirando o facto de contribuírem para a investigação (anexo A e B). As participantes poderiam desistir da sua participação a qualquer momento.

Foi obtido um parecer positivo pela comissão de ética da universidade de Évora através do documento 24002 (anexo E).

Análises de Dados

Os dados foram importados da plataforma Google Forms para o Microsoft Excel, onde se procedeu à limpeza e codificação desses dados. Posteriormente, estes foram transferidos e analisados no IBM SPSS Statistics (versão 29).

Inicialmente, foi realizada uma análise das características sociodemográficas de cada um dos grupos de participantes. Seguiu-se a criação de uma tabela sobre diversas variáveis que detalharam as duas amostras recolhidas através do n e da %.

Começou-se por fazer a estatística descritiva das escalas, na qual se analisaram as médias, desvios-padrão, mediana, valores mínimos e máximos e Alfa de Cronbach para cada um dos dois grupos amostrais.

Posteriormente, foi realizada a análise da normalidade de Shapiro-Wilk da distribuição dos resultados, para vítimas e não vítimas em separado. Para as escalas nas quais se verificou a normalidade da distribuição, foi utilizado o teste t de Student para amostras independentes, sendo utilizado o U de Mann-Whitney, quando não se verificou a normalidade.

Por fim, foi ainda testada a correlação entre as duas escalas e os fatores que as compõem para cada um dos grupos, sendo que foi utilizada a correlação de Pearson para as variáveis com distribuição normal e a de Spearman quando pelo menos uma das variáveis não segue a distribuição normal.

Resultados

Estatísticas Descritivas

Inicialmente, começou-se por proceder à análise das estatísticas descritivas das escalas, que se encontram na Tabela 2. Na presente amostra, as vítimas aparentam ter valores mais elevados de crenças sobre a violência com uma média de 36.8 ($DP=8.6$, $Med=34.0$, mín-máx=26-62), do que o grupo das não vítimas com média de 30.8 ($DP=7.7$, $Med=28.0$, mín-máx=25-50), o que indica uma maior presença de crenças legitimadoras da violência. Apesar disto, ambos os grupos têm valores médios baixos, considerando que o valor máximo é 125.

Relativamente à satisfação, o grupo que corresponde a mulheres não vítimas expõe valores de satisfação marital mais elevados, com média de 430.9 ($DP=52.9$, $Med=433.5$, mín-máx=292-507), do que as vítimas com média de 300.5 ($DP=47.6$, $Med=294.5$, mín-máx=237-438). Apenas o fator orientação religiosa expõe valores mais elevados no grupo das vítimas com média de 26.6 ($DP=3.5$, $Med=27.0$, mín-máx=18-33), em relação ao outro grupo amostral que tem média de 24.9 ($DP=3.8$, $Med=24.5$, mín-máx=19-33). O grupo das vítimas ficou dentro do parâmetro, definido por Marques (2000), pouco satisfeito (230-345) e o das não-vítimas no satisfeito (345-460).

A consistência interna da escala ECVC é elevada nas vítimas ($\alpha=.84$) e muito elevada nas não-vítimas ($\alpha=.92$). Os fatores 1 e 2 têm também valores entre satisfatória e muito elevada. O

fator 3 mostra uma consciência interna adequada nas não-vítimas ($\alpha=.75$), mas uma baixa consistência nas vítimas ($\alpha=.55$). Já o fator 4 expõe uma baixa consistência em ambos os grupos.

A escala ENRICH demonstrou uma elevada consciência interna nos dois grupos amostrais. A Igualdade de papéis e a Administração Financeira têm uma consistência interna adequada em ambos os grupos. As variáveis Distorção Idealística e Orientação Religiosa expõem uma baixa consistência interna nos dois grupos. Pelo contrário, a Satisfação Conjugal, a Comunicação, Resolução de Conflitos têm uma consciência interna satisfatória. A variável Aspectos da Personalidade tem adequada consistência nas vítimas ($\alpha=.67$) e elevada nas não-vítimas ($\alpha=.92$). A Família e Amigos expõe nas vítimas consistência interna adequada nas vítimas ($\alpha=.78$) e baixa nas não-vítimas ($\alpha=.63$). Por outro lado, as Atividades de Lazer mostram a consistência interna mais baixa da escala ($\alpha=.35$) nas vítimas e adequada nas não-vítimas ($\alpha=.71$). A relação sexual expõe uma consistência adequada para as vítimas ($\alpha=.69$) e elevada para as não-vítimas ($\alpha=.80$). Por fim, os Filhos e Patrimônio tem uma baixa consistência interna ($\alpha=.62$), mas elevada nas não-vítimas ($\alpha=.80$).

Tabela 2.

Estatística descritiva das escalas (ECVC e ENRICH)

Variáveis	Vítimas			Não-vítimas		
	<i>M (DP)</i>	<i>Med (min-máx)</i>	α	<i>M (DP)</i>	<i>Med (min-máx)</i>	α
ECVC	36.8 (8.6)	34.0 (26-62)	.84	30.8 (7.7)	28.0 (25-50)	.92
Fator 1	19.7 (5.0)	18.0 (16-33)	.90	18.2 (4.7)	16.0 (16-32)	.95
Fator 2	15.2 (4.8)	14.5 (10-28)	.80	11.9 (3.7)	10.0 (10-22)	.89
Fator 3	14.7 (4.1)	14.0 (9-27)	.55	10.3 (2.9)	9.0 (8-16)	.75
Fator 4	9.3 (3.2)	8.0 (6-17)	.64	8.0 (2.2)	7.0 (6-14)	.59
ENRICH	300.5 (47.6)	294.5 (237-438)	.95	430.9 (52.9)	433.5 (292-507)	.96
Distorção Idealista	11.0 (3.0)	10.0 (9-21)	.47	16.8 (3.3)	17.0 (8-21)	.49
Satisfação Conjugal	22.0 (7.6)	21.0 (14-44)	.86	40.3 (7.0)	42.0 (19-48)	.88
Aspectos relacionados com a personalidade	20.4 (5.2)	19.5 (14-37)	.67	37.0 (9.3)	38.5 (17-49)	.92
Comunicação	21.6 (6.8)	20.0 (14-42)	.80	38.1 (8.2)	40.0 (19-50)	.88
Resolução de Conflitos	22.0 (7.1)	20.5 (14-40)	.81	36.8 (6.8)	38.0 (21-47)	.84
Administração financeira	27.0 (6.6)	28.0 (16-40)	.78	38.5 (5.3)	38.0 (24-45)	.68

Atividades de Lazer	27.2 (4.5)	27.0 (19-37)	.35	39.9 (5.5)	39.5 (30-47)	.71
Relação sexual	26.1 (6.1)	26.0 (17-41)	.69	40.5 (6.4)	41.0 (24-49)	.80
Filhos e património	28.1 (5.2)	28.0 (17-39)	.62	37.6 (5.4)	36.5 (30-49)	.80
Família e amigos	27.6 (7.0)	29.0 (13-38)	.78	39.1 (5.2)	39.5 (27-47)	.63
Igualdade de papéis	41.1 (4.6)	42.0 (32-47)	.66	42.6 (3.5)	43.0 (36-48)	.66
Orientação religiosa	26.6 (3.5)	27.0 (18-33)	.42	24.9 (3.8)	24.5 (19-33)	.41

Hipóteses

Foi realizado o teste t de Student para as variáveis que se seguem, uma vez se ter verificado a normalidade das mesmas. Nas variáveis Administração Financeira ($d=-1.92$, $t(42)=-6.37$, $p<.001$), Atividades de Lazer ($d=-2.52$, $t(42)=-8.37$, $p<.001$), Relação sexual ($d=-2.32$, $t(42)=-7.40$, $p<.001$), Filhos e património ($d=-1.79$, $t(42)=-5.93$, $p<.001$) e Família e amigos ($d=-1.87$, $t(42)=-6.17$, $p<.001$), verificaram-se diferenças entre os grupos, no sentido em que as não-vítimas apresentam uma maior satisfação com estes fatores do que as vítimas. Não se verificaram diferenças apenas a nível da Orientação Religiosa ($d=0.48$, $t(42)=1.58$, $p=.121$).

As restantes variáveis seguiram o teste de U de Mann-Whitney, uma vez que não é verificada a normalidade das mesmas. A escala global ECVC ($U=106.50$, $p=.001$), o Fator 2 ($U=111.50$, $p=.002$), o Fator 3 ($U=80.50$, $p<.001$), a escala ENRICH ($U=27.00$, $p<.001$), a Distorção Idealística ($U=64.50$, $p<.001$), a Satisfação conjugal ($U=34.00$, $p<.001$), os Aspetos relacionados com a Personalidade ($U=47.50$, $p<.001$), a Comunicação ($U=41.50$, $p<.001$) e a Resolução de Conflitos ($U=45.50$, $p<.001$) demonstraram diferenças nos resultados obtidos por cada um dos grupos amostrais, uma vez que as não-vítimas apresentam uma maior satisfação com neste fator ou escala do que as vítimas. Por outro lado, não existiram diferenças no Fator 1 ($U=167.00$, $p=.062$), no Fator 4 ($U=180.50$, $p=.139$) e na Igualdade de Papéis ($U=204.50$, $p=.375$).

Tabela 3

Comparação entre Vítimas e Não-vítimas.

Variáveis	Mean Ranks		U	p
	Vítimas	Não-vítimas		
ECVC	28.7	16.3	106.50	.001

Fator 1	25.9	19.1	167.00	.062
Fator 2	28.4	16.6	111.50	.002
Fator 3	29.8	15.2	80.50	<.001
Fator 4	25.3	19.7	180.50	.139
ENRICH	12.7	32.3	27.00	<.001
Distorção Idealista	14.4	30.6	64.50	<.001
Satisfação Conjugal	13.1	32.0	34.00	<.001
Aspetos relacionados com a personalidade	13.7	31.3	47.50	<.001
Comunicação	13.4	31.6	41.50	<.001
Resolução de Conflitos	13.6	31.4	45.50	<.001
Administração financeira*	27.0	38.5	-6.37	<.001
Atividades de Lazer*	27.2	39.9	-8.37	<.001
Relação sexual*	26.1	40.1	-7.40	<.001
Filhos e património*	28.1	37.6	-5.93	<.001
Família e amigos*	27.6	39.1	-6.17	<.001
Igualdade de papéis	20.8	24.2	204.50	.375
Orientação religiosa*	26.6	24.9	1.58	.121

* Os valores assinalados correspondem às estatísticas do teste t de Student (médias, estatística de teste t e valores-p associados). Os restantes valores correspondem às estatísticas do teste U de Mann-Whitney.

Não existem muitos valores que confirmem a correlação entre as crenças e a satisfação marital percebida para as vítimas. A correlação dos totais de cada escala confirma isso mesmo ($r_s=.23, p=.311$). Destaca-se apenas a Igualdade de Papéis que confirma para a escala ECVC e todos os seus fatores uma correlação inversa (ver Tabela 4). O que permite entender, devido aos seus valores negativos, que as pessoas que apresentam menos crenças sobre a violência têm maior satisfação nos itens da Igualdade de papéis.

Tabela 4*Correlação entre as crenças e a satisfação marital percebida das vítimas, escalas e fatores.*

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
1. ECVC Total	-																		
2. ECVC Fator 1	.87**	-																	
3. ECVC Fator 2	.87**	.67**	-																
4. ECVC Fator 3	.82**	.59**	.83**	-															
5. ECVC Fator 4	.77**	.59**	.62**	.60**	-														
6. ENRICH Total	.23	.26	.10	.05	.19	-													
7. ENRICH- Distorção Idealística	.22	.29	.10	.01	.39	.70**	-												
8. ENRICH- Satisfação Conjugal	.20	.27	.11	.08	.17	.83**	.66**	-											
9. ENRICH- Aspetos relacionados com a personalidade	.40	.48*	.26	.21	.29	.55**	.35	.55**	-										
10. ENRICH- Comunicação	.30	.38	.18	.03	.21	.70**	.64**	.52*	.61**	-									
11. ENRICH- Resolução de Conflitos	.33	.43*	.22	.15	.24	.72**	.56**	.66**	.84**	.73**	-								
12. ENRICH- Administração financeira	-.25	-.16	-.18	-.25	-.38	.69**	.37	.68**	.41	.41	.50*	-							
13. ENRICH- Atividades de Lazer	-.35	-.17	-.33	-.43*	-.50*	.31	.24	.29	.27	.21	.16	-.17	-						
14. ENRICH- Relação sexual	-.20	-.13	-.07	-.19	-.28	.85**	.74**	.73**	.39	.52*	.61**	.68**	.11	-					
15. ENRICH- Filhos e património	.01	.01	-.04	.03	-.06	.41	.49*	.38	.17	.21	.07	.17	.38	.28	-				
16. ENRICH- Família e amigos	-.24	-.13	-.22	-.12	-.42	.50*	.27	.24	.16	.32	.27	.09	.53	.24	.33	-			
17. ENRICH- Igualdade de papéis	-.61**	-.58**	-.62**	-.58**	-.59**	.11	.15	-.14	-.32	.04	-.16	.10	-.16	.24	.05	.02	-		
18. ENRICH- Orientação Religiosa	-.01	.03	-.03	-.14	-.09	.54**	.54*	.39	.28	.36	.35	.29	.21	.59**	.13	.07	.00	-	

* * $p < .05$ ** $p < .01$

Nota: Os valores em *itálico* correspondem às correlações de Pearson. Algumas células encontram-se em branco porque as correlações entre as respetivas variáveis não se relacionam com as questões de investigação do presente estudo.

Nas não-vítimas, por outro lado, os resultados já expõem a existência, nas escalas totais, de uma correlação entre as suas crenças sobre a violência e a satisfação marital percebida ($r_s = -.53$, $p = .012$). As escalas Satisfação conjugal, Aspectos relacionados com a Personalidade, Comunicação e Resolução de Conflitos expõem também, na sua totalidade ou na maioria dos fatores, uma correlação significativa com a escala ECVC e os seus fatores.

Tabela 5*Correlação entre as crenças e a satisfação marital percebida das não vítimas, escalas e fatores.*

Variáveis	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18
1. ECVC Total	-																	
2. ECVC Fator 1	.86**	-																
3. ECVC Fator 2	.76**	.69**	-															
4. ECVC Fator 3	.90**	.80**	.79**	-														
5. ECVC Fator 4	.85**	.65**	.52*	.73**	-													
6. ENRICH Total	-.53*	-.38	-.46*	-.46*	-.56**	-												
7. ENRICH- Distorção Idealística	-.36	-.25	-.35	-.27	-.31	.70**	-											
8. ENRICH- Satisfação Conjugal	-.45*	-.34	-.46*	-.35	-.45*	.86**	.56**	-										
9. ENRICH- Aspetos relacionados com a personalidade	-.48*	-.38	-.38	-.48*	-.49*	.89**	.69**	.76**	-									
10. ENRICH- Comunicação	-.61**	-.46*	-.56**	-.50*	-.57**	.89**	.70**	.86**	.76**	-								
11. ENRICH- Resolução de Conflitos	-.43*	-.31	-.34	-.36	-.51*	.91**	.55**	.78**	.78**	.78**	-							
12. ENRICH- Administração financeira	-.31	-.24	-.25	-.29	-.35	.81**	.59**	.67**	.80**	.76**	.67**	-						
13. ENRICH- Atividades de Lazer	-.48*	-.38	-.42	-.39	-.51*	.89**	.64**	.75**	.83**	.82**	.86**	.77**	-					
14. ENRICH- Relação sexual	-.46*	-.32	-.32	-.39	-.40	.81**	.51*	.58**	.73**	.70**	.72**	.75**	.74**	-				
15. ENRICH- Filhos e património	.09	.19	.09	.22	-.05	.34	.20	.33	.18	.17	.31	.20	.13	.21	-			
16. ENRICH- Família e amigos	-.31	-.17	-.16	-.21	-.40	.65**	.42	.42	.50*	.47*	.55**	.55**	.44*	.56**	.05	-		
17. ENRICH- Igualdade de papéis	-.24	-.27	-.26	-.43*	-.21	.38	.19	.32	.39	.45*	.33	.31	.37	.19	-.27	.06	-	
18. ENRICH- Orientação Religiosa	-.07	.21	-.01	-.16	-.24	.04	-.38	-.09	-.16	-.16	.02	-.15	-.16	-.03	-.06	.11	.07	-

* * $p < .05$ ** $p < .01$

Nota: Os valores em *itálico* correspondem às correlações de Pearson. Algumas células encontram-se em branco porque as correlações entre as respetivas variáveis não se relacionam com as questões de investigação do presente estudo.

Discussão

De acordo com o objetivo estabelecido previamente de responder à questão desta investigação, inicialmente foi realizada uma comparação das crenças e da satisfação marital percebida de mulheres que tenham sido ou sejam atualmente vítimas de violência doméstica por parte dos seus companheiros com mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica. Foi possível, através dos resultados obtidos, corroborar a hipótese de que as mulheres vítimas apresentam valores mais altos em crenças sobre a violência, bem como sentem ou sentiram na sua última relação uma menor satisfação conjugal em comparação com as mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica.

Os resultados obtidos são congruentes com a maioria das evidências, uma vez que existe uma tendência de maior aceitação de comportamentos violentos em contextos onde as crenças sobre a violência são banalizadas (Lovisi de Freitas & Dias, 2010). No entanto, esta diferença acaba por não ser mais significativa (valor máximo de 125), possivelmente, porque as pessoas pertencentes ao grupo amostral das vítimas encontram-se todas, à data da recolha dos dados, em acompanhamento psicológico devido ao impacto desta situação de vítimação. A violência doméstica caracteriza-se, maioritariamente, pela sua continuidade no tempo e pela manutenção da situação em segredo durante muito tempo (Cidadania & de Género, 2009). Assim, tendo em conta que estas são pessoas que já tomaram a iniciativa de pedir ajuda, já se encontram no processo de quebrar diversas barreiras, estigmas e preconceitos, como a vergonha, o medo, isolamento e mal-estar. Sendo que um dos principais objetivos do apoio psicológico é ajudar a vítima a sentir-se segura e a desenvolver mecanismos para evitar envolver-se em relações abusivas (Campbell & Messing, 2017; Flicker, et al., 2019), bem como desconstruir crenças sobre a violência, ajudando as vítimas a interiorizar que a esta nunca é legítima. Ao longo do apoio as pessoas que vivem ou viveram em situação de violência doméstica deverão reavaliar as suas crenças, potenciar a autoestima e saber reconhecer uma relação saudável e não saudável, bem como prevenir que tornem a envolver-se noutra relação com as mesmas características (Johnson et al., 2018).

A violência doméstica origina na vítima sentimentos de medo e trauma, algo que não caracteriza um casamento saudável, que deverá ter como base a confiança, cooperação e segurança (Lawrence et al., 2009). O mesmo autor expôs que a violência está fortemente

associada à diminuição da satisfação marital percebida, que é a avaliação subjetiva de um dos elementos do casal em relação ao que é vivido dentro do relacionamento, sendo esta dependente de vários fatores psicológicos e sociais e da própria história de violência. Assim, o resultado obtido é consistente com a teoria, expondo que as vítimas têm valores mais baixos na satisfação marital percebida do que as não vítimas.

A Orientação Religiosa foi o único fator que contrariou estes resultados, esta diferença poderá ter sido originada pelo facto de diversos participantes terem exposto serem ateus e, por isto mesmo, não saberem o que responder. Este distanciamento das tradições religiosas acaba por impactar as dinâmicas conjugais, uma vez que não carece da obrigação de diversas escolhas religiosas, como a coabitação antes do casamento, a aceitação do divórcio e o casamento entre pessoas de diferentes crenças religiosas ou com nenhuma orientação religiosa (Pew Research Center, 2021). Foi exposto pelos participantes que, maioritariamente, quando existia esta dúvida foi escolhido o valor intermédio de 3, assim os valores poderão estar condicionados pela incerteza em relação ao que responder.

Ambas as escalas acabaram por demonstrar uma boa consistência interna na sua generalidade, tornando os resultados obtidos mais confiáveis e interpretáveis (Campo-Arias & Oviedo, 2008). Ainda foi realizada uma correlação entre as duas escalas e os seus respetivos fatores para cada grupo amostral. O grupo das vítimas não mostrou resultados que confirmem uma correlação entre as escalas e os seus fatores. Na literatura é referido que os indivíduos que têm crenças que consideram a violência aceitável ou desculpável têm relacionamentos mais problemáticos e menos satisfatórios, uma vez que a normalização da violência pode originar ciclos de abuso (Graham-Kevan & Archer, 2009). As vítimas que mantêm estas crenças que normalizam a violência ou que se culpabilizam pela mesma podem revelar que a satisfação marital seja menos relevante para elas, na medida em que será um indício da desvalorização delas próprias e daquilo a que elas teriam direito. Assim, uma vez que este construto tem um carácter pessoal e subjetivo, os seus valores podem ser alterados tendo em conta a visão de si própria, sobre o companheiro, sobre a relação de ambos e sobre a violência (Lundgren & Amin, 2015).

Apenas o fator da Igualdade de Papéis demonstrou, para as vítimas, estar correlacionada com a escala ECVC, bem como com todos os fatores que a compõem.

Este facto poderá ser explicado, tal como indica Rosenfeld & Roesler (2019), uma vez que as crenças sobre a igualdade de papéis se têm alterado, pela visão cada vez mais universal de que os homens e as mulheres devem ter direitos iguais em todas as áreas da vida, especialmente dentro do casamento. Este fenómeno origina iguais funções para cada um dos parceiros, incluindo tarefas domésticas, cuidado infantil e suporte financeiro, existindo uma maior colaboração na manutenção da vida familiar (Davis & Greenstein, 2009).

Pelo contrário, o grupo amostral das não vítimas obteve resultados que comprovam a correlação das crenças sobre a violência e a satisfação marital percebida na totalidade das escalas e em alguns dos seus fatores. As pessoas que não passaram por experiências de violência nas suas relações, têm uma visão mais positiva do relacionamento e uma menor internalização de crenças negativas relativas à violência (Follingstad, 2009). Relativamente aos resultados positivos obtidos na correlação, a Satisfação conjugal para pessoas que nunca foram vítimas de violência doméstica está frequentemente relacionada com as que têm crenças que rejeitam a violência e potenciam ações saudáveis (Glick & Fiske, 1996). Os Aspectos relacionados com a Personalidade têm um papel essencial no dia a dia do relacionamento, McCrae & Costa (1997) dizem que os traços de personalidade estão correlacionados com crenças que reprovam a violência e potenciam a igualdade. A comunicação é essencial na forma como são resolvidos os assuntos do quotidiano, sendo assim fundamental para a satisfação marital percebida que se baseia na comunicação positiva (Duncan & Goddard, 2006). A Resolução de Conflitos através da negociação em vez de estratégias violentas previne que exista menor satisfação conjugal (Thomas & Kilmann, 1974).

O estudo comprova que as mulheres são influenciadas pelas suas crenças sobre a violência, quando estas são legitimadas irão potenciar que estas se subjuguem a ser vítimas de violência doméstica pelo seu parceiro, permitindo mais a violência do que mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica. Bem como que estas, consequentemente, vivam relações que não promovem tanta satisfação marital percebida como as seguintes e, consequentemente, obtenham menos qualidade de vida.

Os Psicólogos têm um papel fundamental na intervenção com pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, em situações de Violência Doméstica. O seu trabalho em rede

com outros profissionais, desde as forças de segurança, o sistema judicial e trabalhadores das áreas da saúde, da educação e do apoio psicológico e social, funciona no sentido de reduzir e prevenir que este fenómeno ocorra, uma vez que se trata de um problema grave e de saúde pública (Hannada, 2007; Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP], 2022). Atualmente tem existido um aumento na formação de profissionais na área, no entanto, são também essenciais características como a sensibilidade e a empatia para se conseguir colocar no lugar da vítima e não julgar (Neves et al., 2022).

Embora as estatísticas revelem uma predominância da vitimação sobre as mulheres, qualquer pessoa pode ser vítima de violência doméstica, independentemente do seu género, idade, classe socioeconómica, cultura e orientação sexual. Assim, tendo em conta as características de cada vítima, a violência doméstica direciona-nos para as suas relações interpessoais, na qual o psicólogo deverá empoderar, sensibilizar e apoiar, com uma intervenção baseada na situação individual de violência e não em julgamentos próprios (Neves et al., 2022). As situações de violência continuada resultam numa diversidade de consequências físicas, psicológicas, relacionais que, nos casos mais graves, poderão conduzir à incapacitação ou à morte, tornando essencial este trabalho psicológico com as vítimas e pessoas impactadas pela situação, de forma a minimizar este impacto (CIG, 2009).

Existem ainda a nível tanto nacional como internacionais diversas políticas públicas no âmbito da prevenção e intervenção junto de pessoas que estejam envolvidas em dinâmicas de violência doméstica. Em Portugal está em vigor a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação até 2030 que comporta três Planos de Ação: o Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PAIMH), o Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (PAVMVD) e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (PAOIEC) (CIG, 2025). Têm também sido alteradas leis no âmbito da temática da violência doméstica, no entanto ainda é necessário um grande trabalho de forma a que estas protejam realmente as vítimas tanto a curto como a longo prazo (Assembleia da República, 2024). Estas alterações pretendem prevenir estas situações que coloquem em causa a saúde dos intervenientes, contudo é possível entender através das estatísticas que ainda existe um

longo trabalho a percorrer de forma a proteger as vítimas e potenciar estratégias que promovam o envolvimento em relações saudáveis.

Em suma, o conhecimento das características da violência é essencial na intervenção junto das vítimas, bem como o estudo e a informação sobre as crenças e a satisfação marital percebida têm influência no processo terapêutico das vítimas, uma vez que guiarão o projeto de vida que será construído ou reconstruído para um futuro sem exposição à violência. Estes fatores acabam por ser influenciados pelo contexto onde cada um se insere, bem como pela sua história de vida e características pessoais.

Limitações do estudo

O presente estudo apresenta diversas limitações. Inicialmente, na construção do questionário sociodemográfico, algumas questões poderiam ter sido tidas em conta, questões que enriqueceriam os resultados do estudo, nomeadamente os participantes poderem ter sido questionados do tempo da relação violenta para além da duração da relação onde se encontram atualmente. Ainda, o número reduzido de participantes foi algo que poderá ter condicionado os resultados obtidos por não alcançar validade estatística para a população portuguesa, uma vez que sempre que o tamanho da amostra é muito restrito (<30 medidas), acaba por condicionar a análise de subgrupos e comprometer o desempenho dos testes estatísticos (Miot, 2011). A extensão do questionário poderá ser outra limitação na atenção dos participantes ao responderem às questões. Para além disto, a falta de representatividade de todas as partes do país na amostra poderá ser limitadora dos resultados. No processo de recolha de dados, o facto de o questionário ter sido aplicado online também poderá ter acarretado limitações para o estudo, sendo que não é possível controlar as condições de privacidade e envolvimento da pessoa durante o processo de recolha dos dados, bem como se torna impossível o esclarecimento de possíveis dúvidas do participante. Por fim, diversas mulheres que participaram no estudo expuseram a sua dificuldade em responder ao questionário que avaliou a satisfação marital percebida, uma vez que este tinha em conta fatores que envolviam a presença de filhos e de uma religião, apesar de nem todos os participantes terem filhos e/ou religião, o que poderá ter condicionado as suas respostas.

Implicações Teórico-Práticas

O presente estudo permitiu diversas implicações teóricas, sendo que os resultados obtidos na investigação possibilitaram o aumento das investigações junto de vítimas de violência doméstica, uma população que acaba por passar por um período sensível da sua vida e que deixa tantas consequências na sua vida e na dos que a rodeiam.

O desenvolvimento de fatores como as crenças e a satisfação marital percebida é bastante pertinente, uma vez que como confirmado pelos resultados obtidos, estes são importantes pilares na construção do projeto de vida de pessoa. Indivíduos que tenham crenças legitimadoras da violência irão mais facilmente permitir violência no seu contexto familiar, comprovado pelo facto de as vítimas de violência doméstica terem exposto mais crenças deste tipo do que as mulheres que nunca foram vítimas de violência doméstica (da Silva Fernandes, 2023). Também a satisfação marital percebida e todos os fatores que, segundo Olson e Olson, (1997), são essenciais à sua construção são determinantes ao longo do relacionamento. Uma relação saudável permite que a pessoa sinta este compromisso de uma forma positiva, baseado na compreensão, cooperação e respeito e potenciando a saúde e bem-estar dos seus envolvidos (Hatami et al., 2009).

Assim, também poderão ser reconhecidas diversas implicações práticas. A identificação das crenças do paciente permite ao psicólogo o conhecimento daquilo que é o padrão de pensamentos e comportamentos em determinadas situações, nomeadamente a violência. Desta forma, o seu trabalho deverá basear-se em entender a interpretação do que rodeia o paciente, dos seus padrões de pensamento e comportamento, bem como a origem dos problemas levantados, de forma a estruturar o processo terapêutico de forma adequada a cada pessoa (Neves et al., 2022). A satisfação conjugal está positivamente associada à saúde e à qualidade de vida dos indivíduos. Assim, será essencial que o psicólogo auxilie a pessoa a entender se a relação será promotora de saúde mental ou, se pelo contrário, é uma fonte de stress e mal-estar, como quando existe violência (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

O estudo acaba por permitir ainda entender a existência de uma correlação de crenças que não sejam legitimadoras da violência e da satisfação marital percebida. Desta forma, o psicólogo, que trabalha com o objetivo de promover crenças saudáveis, relações interpessoais positivas e a prevenir padrões de comportamento abusivos, deverá ajudar

no entendimento do impacto que as crenças têm nas relações e no impacto que isso terá na satisfação marital percebida, que quando vivida positivamente promove o bem-estar (Albino, 2018).

Sugestões Para Estudos Futuros

Relativamente ao futuro da investigação, sugere-se que sejam realizados mais estudos sobre esta temática, de forma a potenciar cada vez mais as capacidades dos profissionais que trabalhem com esta população. Sugere-se que o estudo seja replicado tendo em conta a área de residência dos participantes, de forma a que este se torne representativo da população portuguesa. Para além disto, seria importante entender se as crenças e a satisfação marital percebida são alteradas pelo processo de acompanhamento das vítimas. Desta forma, recomenda-se que seja realizado um estudo com pessoas que não estejam a ser acompanhadas no âmbito do impacto do processo de vitimação, bem como de pessoas que ainda mantêm uma relação violenta com o agressor. Por fim, seria importante replicar o estudo junto da população masculina.

Referências

- Alarcão, M. (2006). (Des)Equilíbrios Familiares (3ª ed.). Lisboa: Quarteto.
- Albino, G. G. (2018). A influência das crenças disfuncionais na qualidade das relações amorosas: tradução e adaptação portuguesa do relationship belief inventory (Doctoral dissertation).
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo-Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 105-120.
Retirado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151636872004000100009&script=sci_arttext
- Allport, G. W. (1937). *Personality: A psychological interpretation*.
- Almeida, S. (2001). A violência conjugal. In: Silva, L. (Org.), *Ação social na área da família, Universidade Aberta*. Lisboa.
- Alves, M. J., Manita, C., Caldas, I. M., Fernández-Martinez, E., Silva, A. G., & Magalhães, T., (2019). Evolution and analysis of cultural and cognitive factors related with domestic violence against women. *Journal of Interpersonal Violence*. doi/10.1177/0886260516645570
- Araújo, M. F. C. (2007). *Mulher: a figura feminina em às Mulheres Portuguesas*, de Ana de Castro Osório. Dissertação de Mestrado Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa. *Instituto de Letras e Ciências Humanas*. Braga: Universidade do Minho. Retirado de: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8863>
- Assembleia da República. (2024). Retirado de: https://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/legislacao_areaviolenciadomestica.aspx
- Associação de Apoio à Vítima [APAV] (1999). *Manual Alcipe: para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. *Assembleia da República*.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2004). “Estatísticas 2004, 1º semestre”. Disponível em: <http://www.apav.pt>
- Azevedo, R. P. C., & Carvalho, A. M. A. (2006). O lugar da família na rede social do lazer após a aposentadoria. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 16(3). DOI: doi.org/10.7322/jhgd.19804

- Babcock, J. C., Graham-Kevan, N., & Gratz, K. L. (2016). The problem of intimate partner violence: A social science perspective. *Annual Review of Clinical Psychology*, 12. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-021815-093417>
- Baldino, K., & Gonçalves, M. (2023). Relacionamento amoroso: perspectivas de homens acusados de violência por parceiro íntimo. 1–13.
- Bandura, A. (1979). The social learning perspective: Mechanisms of aggression. In H. Toch (Ed.), *Psychology of crime and criminal justice*.
- Barbosa, C. S. F. (2022). Capacidade para amar e qualidade das relações amorosas. Master's thesis, *Universidade Lusófona do Porto*. Repositório Científico Lusófona: <https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/13121/1/versa%CC%83o%20final%20%20Ca%CC%81tia%20Barbosa.pdf>
- Barros, J. R. F., Duarte, M. G. de O., & Lopes, A. P. (2014). A terapia cognitivo-comportamental no tratamento de pacientes com dor crônica. *Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - ALAGOAS*, 2(2), 77–90. Recuperado de <https://periodicos.grupotiradentes.com/cdgsaude/article/view/1536>
- Batista, T. (2016). Qual é a peça que me falta? Um estudo sobre a qualidade das relações amorosas e as competências interpessoais. Master's thesis, *Universidade de Évora*. Repositório Universidade de Évora. Repositório científico da Universidade de Évora: [https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/19414/1/TESE%20%20FINAL_Corrigida%2027_11%20\(1\).pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/19414/1/TESE%20%20FINAL_Corrigida%2027_11%20(1).pdf)
- Beattie, M. (S. D.). A gratidão desbloqueia a gratidão de...Melody Beattie. Retirado de: <https://www.pensador.com/frase/Nzc5OTM3/>
- Beck, A. T. (1979). *Cognitive therapy of depression*. (2ªed.). Michigan: International Universities Press.
- Benkovskaia, I. (2008). Satisfação conjugal, afectividade e proximidade ao cônjuge: Diferenças entre casais com filhos e sem filhos e aos longo dos anos de relação. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa. Retirado de: <https://repositorio.ul.pt/jspui/handle/10451/703>
- Bodenmann, G., Ledermann, T., & Bradbury, T. (2007). Stress, sex and satisfaction in marriage. *Personal Relationships*, 14. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2007.00171.x>

- Borsa, J. C., & Feil, C. F. (2008). O Papel da Mulher no Contexto Familiar: Uma Breve Reflexão. Retirado de: www.psicologia.com.pt
- Bosch-Fiol, E., & Ferrer-Perez, V. A. (2012). New map of the myths about gender violence in XXI century. *Psicothema*. <https://orcid.org/0000-0002-8096-4031>
- Botwin, M., & Shakelford, D. (1997). Personality and mate preferences: Five factors in mate selection and marital satisfaction. *Journal of Personality*, 65(1). <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1997.tb00531.x>
- Bradbury, T. N., Fincham, F. D., e Beach, S. R. H. (2000). “Pesquisa sobre a natureza e os determinantes da satisfação conjugal: uma década em revisão”. *Diário de Casamento e Família*, 62. DOI:10.1111/ j.1741-3737.2000.00964.x.
- Braithwaite, S. R., Delevi, R., & Fincham, F. D. (2010). Romantic relationships and the physical and mental health of college students. *Personal Relationships*, 17(1), 1–12. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2010.01248.x>
- Bucheli, M., & Rossi, M. (2019). Attitudes Toward Intimate Partner Violence Against Women in Latin America and the Caribbean. *SAGE Open* 9: 3. <https://doi.org/10.1177/2158244019871061>
- Butzer, B., & Campbell, L. (2008). Adult attachment, sexual satisfaction, and relationship satisfaction: A study of married couples. *Personal Relationships*, 15(1). <http://doi.org/10.1111/j.1475-6811.2007.00189.x>
- Campbell, J. C., & Messing, J. T. (2017). The intersection of intimate partner violence against women and health.
- Campo-Arias, A., & Oviedo, H. C. (2008). Propiedades psicométricas de una escala: La consistencia interna. *Revista de Salud Publica*, 10(5), 831–839. <https://doi.org/10.1590/s0124-00642008000500015>
- Canary, D. J., Stafford, L., & Semic, B. A. (2002). “Um Painel de Estudo das Associações entre Estratégias de Manutenção e Características Relacionais.” *Diário de Casamento e Família*, 64: 395–406. DOI:10.1111/j.1741–3737.2002.00395.x.

- Cardoso, N. C. F. L. (2011). *A Mulher em Múltiplos Papéis e os seus efeitos para o Bem-Estar Psicológico e Satisfação Marital*. Tese de Doutoramento. Retirado de: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/8863>
- Carneiro, J. S., Silio, L. F., Antunez, B. F., Silva, O. G., Rodrigues, M. A., Oliveira, J. R. L., & de Oliveira Gonçalves, L. G. (2021). Qualidade de vida de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista CPAQV—Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, 13(1), 2. <https://doi.org/10.36227/techopen.900>
- Carvalho, A. K. C., Faria, A. L. B., Lisboa, E. da P., Sulva, V. B. da, & Alencar, V. L. de. (2020). A religião como forma de controle social. *Revista Humanidades e Inovação*, 7(2), 311–317.
- Catão, E., Rodrigues Jr., O., Viviani, D., Finotelli Jr., I., & Silva, F. (2010). Escala de satisfação sexual para mulheres: tradução, adaptação em estudo preliminar com amostra clínica. *Bol. Psicol*, 60(133), 181–190.
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3636–3651. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0172-0>
- Cidadania, C., & de Género, I. (2009). *Violência doméstica: Compreender Para Intervir. Coleção Violência de Género*.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas. Coleção Violência de Género*.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2020). *Violência Doméstica - implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno. Manual pluridisciplinar*.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2024). *Dados oficiais relativos à violência doméstica em Portugal | 2º trimestre de 2024*
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género [CIG]. (2025). Retirado de: <https://www.cig.gov.pt/estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/>
- Costa, M. E., & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: *Ambar*.

- Couto, J. M. (2013). Crenças, distorções cognitivas e violência em relações de namoro (Dissertação de Mestrado). *Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz*. Almada. Retirado de: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6245/1/2013_Couto%2c%20J%c3%balia%20M.%20do.pdf
- Croce, B. (1925). Benedetto Croce. Retirado de: <https://www.citador.pt/frases/citacoes/a/benedetto-croce>
- Crouter, A. C., & Booth, A. (2021). Romantic relationships and identity formation in adolescence. *Journal of Family Psychology*, 35(3), 299-310. <https://doi.org/10.1037/fam0000782>
- da Silva Fernandes, J. J. (2023). A Violência Conjugal e os Mitos da Violência Doméstica.
- Davis, S. N., & Greenstein, T. N. (2009). Gender Inequality in the Division of Household Labor Among Dual-Earner Couples. *Journal of Family Issues*, 30(6), 885-908. <https://doi.org/10.1177/0192513X09333488>
- de Carvalho Mota, T. M. A. (2021). Crenças e significados da violência nas relações de intimidade em estudantes universitários/as.
- Dela Coleta, M. F. (1989). A medida da satisfação conjugal: Adaptação de uma escala. *Psico*, 18(2).
- Dias, I. (2017). Matrizes teóricas da violência de género. *Violências de Género*, 23-44. Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P. (2003). Violência doméstica. *Revista de Psicologia da UNESP*, 2(1).
- Donnellan, M., Conger, R., & Bryant, C. (2004). The big five and enduring marriages. *Journal of Research in Personality*, 38. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2004.01.001>
- Duarte, M. (2011). Violência doméstica e sua criminalização em Portugal: obstáculos à aplicação da lei. *Sistema Penal & Violência*, 3(2).

- Duncan, R. E., & Goddard, H. W. (2006). Assessing the impact of family structure on adolescent academic achievement: The importance of parental involvement. *The Journal of Family Issues*, 27(8), 1045-1065. <https://doi.org/10.1177/0192513X06290453>
- Félix, L. G. (2023). Violência bidirecional: preditores da satisfação conjugal (Master's thesis). Retirado de: <https://recil.ulsofona.pt/items/dc9ecdd2-9a3b-4144-82e4-9b62652ef870/full>
- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*, 1.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz Neto, O. (2008). De onde viemos? Uma revisão histórico-conceitual da psicoterapia de casal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(4), 487-496. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000400012>
- Fernández, M. (2006). Cultural beliefs and domestic violence. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1087, 138-148. <https://doi.org/10.1196/annals.1385.005>
- Ferreira, I. F. C. (2018). Exposição à violência conjugal, crenças legitimadoras e perpetração (reclusos vs. não reclusos). Tese de Doutorado. Retirado de: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/32974/1/156429_Nunes_Experiencia-e-Crenças-sobre-Violencia-Conjugal.pdf
- Ferreira, M. R. P. G. (2013). Conjugalidade e parentalidade (Doctoral dissertation). Retirado de: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/820/1/20978_ulsd056139_tm.pdf
- Ferrer-Pérez, V. A., Bosch-Fiol, E., Sánchez-Prada, A., & Delgado-álvarez, C. (2019). Beliefs and attitudes about intimate partner violence against women in Spain. *Psicothema*, 31(1), 38–45. <https://doi.org/10.7334/psicothema2018.206>
- Fiske, S., & Taylor, S. (1991). *Social cognition* (2 Eds.). *New York: McGraw-Hill, Inc.*
- Flicker, S. M., Cerulli, C., Zhao, X., & Tang, W. (2019). The effectiveness of trauma-focused cognitive behavioral therapy for victims of intimate partner violence: A randomized controlled trial. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(5). <https://doi.org/10.1177/0886260516669481>

- Follingstad, D. R. (2009). Understanding the impact of psychological abuse on women's lives: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 14(3), 280-288. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2009.02.004>
- Fowers, B. J. e Olson, D. H. (1989). 'ENRICH Marital Inventory: A Discriminant Validity and Cross-Validation Assessment'. *Journal of Marital and Family Therapy*, 15 (1): 65-79. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.1989.tb01469.x>
- Fowers, B. J., & Olson, D. H. (1993). ENRICH Marital Satisfaction Scale: A brief research and clinical tool. *Journal of Family psychology*, 7(2), 176. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.7.2.176>
- Ganley, A. L. (1995). Understanding domestic violence. *Improving the health care response to domestic violence: A resource manual for health care providers*.
- Ghiasee, A., & Sağsan, M. (2021). The relationship between violent behavior in healthcare settings and communication skills: an empirical study on provincial hospitals in Ankara. *Alpha psychiatry*, 22(2), 106. <https://doi.org/10.1176/appi.psy.20200066>
- Givertz, M., & Segrin, C. (2018). The association between overidealization in romantic relationships and relationship satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 35(7). <https://doi.org/10.1177/0265407517742957>
- Gleitman, H. (2002). *Psicologia. Fundação Calouste Gulbenkian*. Lisboa.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1999). The ambivalence toward men inventory: Differentiating hostile and benevolent beliefs about men. *Psychology of women quarterly*, 23(3), 519-536. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1999.tb00391.x>
- Gomes, R. M. (2012). Mulheres vítimas de violência doméstica e transtorno de estresse pós-traumático: um enfoque cognitivo comportamental. *Revista de Psicologia da IMED*, 4(2), 672-680. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v4n2p672-680>
- Gomes, T. E. A. (2020). *Satisfação Conjugal, Satisfação Sexual e Imagem Corporal Em Casais: Estudo Exploratório* (Master's thesis, Universidade do Porto (Portugal)). Retirado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/130911>

- Gonçalves, M., Silva, M. M., & Matos, M. (2021). Violência na intimidade: Crenças da comunidade Africana Lusófona residente em Portugal. *Psicologia* 35: 1–10. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v35i1.1787>
- Gottman, J. M., Coan, J., Carrère, S. & Swanson, C. (1998). Predicting marital happiness and stability from newlywed interactions. *Journal of Marriage and the Family*, 60. <https://doi.org/10.2307/353440>
- Gottman, J., Gottman, J., & DeClaire, J. (2006). Ten lessons to transform your marriage. New York.: *Crown Publishers*.
- Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2009). Intimate partner violence. *In The Cambridge Handbook of Violent Behavior*. Cambridge University Press.
- Guedes, I. (2012). Sentimentos insegurança, personalidade e emoções disposicionais: Que relações?. Tese de Mestrado. Universidade do Porto. Retirado de: https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=24776
- Guterres, A. (2021). U.N. Secretary-General António Guterres. *The Independent*. Retirado de: <https://www.independent.co.uk/news/un-reelects-antonio-guterres-as-secretarygeneral-antonio-guterres-marcelo-rebelo-de-sousa-angela-merkel-antony-blinken-donald-trump-b1868707.html>
- Halford, W., Kelly, A. & Markman, H. (1997). The Concept of a Healthy Marriage. In W. Halford e H. Markman (Eds.). *Clinical Handbook of Marriage and Couples Intervention*. England:Wiley. orcid.org/0000-0001-5546-4994
- Hanada, H. (2007). Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência (Tese de Mestrado, Universidade de São Paulo). Retirado de <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/segurancapublica/monografias/dissertacao-heloisa-hanada.pdf>
- Hatami H., Habi M.B., Akbari A. (2009). Avaliando o impacto da religiosidade na satisfação conjugal. *Psicologia Militar*. 1(1). 10.22075/jmp.2009.1280.
- Inoue, T. M., & Vecina, M. V. A. (2017). Espiritualidade e/ou religiosidade e saúde: Uma revisão de literatura. *Journal of the Health Sciences Institute*, 35(2). Retirado de: https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2017/02_abr-jun/V35_n2_2017_p127a130.pdf

- Iwanowicz, J. B. (2000). O lazer do idoso e o desenvolvimento prossocial. In H. T. Bruhuns (Org.), *Temas sobre o lazer. Campinas: Autores Associados.*
- Janicki, D. L., Kamarck, W. T., Shiffman, S., & Gwaltney, C. J. (2006). “Aplicação da Avaliação Ecológica Momentânea ao Estudo do Ajustamento Conjugal e das Interações Sociais durante a Vida Diária.” *Revista de Psicologia Familiar*, 20. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.20.1.168>
- Johnson, D. M., Zlotnick, C., & Perez, S. (2018). Cognitive behavioral therapy for victims of domestic violence: A randomized trial. *Journal of Traumatic Stress*, 31(5). <https://doi.org/10.1002/jts.22329>
- Johnson, M. D., Cohan, C. L., Davila, J., Lawrence, E., Rogge, R. D., Karney, B. R., Sullivan, K., & Bradbury, T. (2005). Problem-Solving Skills and Affective Expressions as Predictors of Change in Marital Satisfaction. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73 (1). <https://doi.org/10.1037/10022-006X.73.1.15>
- Kerman, K. T., & Ozturk, F. O. (2022). An examination of gender stereotypes, ambivalent sexism, and dating violence as potential predictors of nursing students’ beliefs about intimate partner violence: A cross-sectional correlational study. *Nurse Education in Practice*, 62, 103346. <https://doi.org/10.1016/j.nepr.2022.103346>
- Kimmel, M. (2002). "’Gender Symmetry’ in Domestic Violence: A Case of False Equivalence?" *Violence Against Women*, 8(11). <https://doi.org/10.1177/107780102237407>
- Kogan, A., Impett, E., Oveis, C., Hui, B., Gordon, A. & Keltner, D. (2010). When gives feels good: The intrinsic benefits of sacrifice in romantic relationships for the communally motivated. *Psychological Science*, 21 (12). <https://doi.org/10.1177/0956797610388815>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). World report on violence and health. *World Health Organization*. Retirado de: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf
- Lawrence, E., Yoon, J., Langer, A., & Ro, E. (2009). Is psychological aggression as detrimental as physical aggression? The independent effects of psychological aggression on depression and anxiety symptoms. *Violence & Victims*, 24(1). <https://doi.org/10.1891/0886-6708.24.1.20>

- Leal, A. P. L. D. C. (2020). *Características psicométricas da versão portuguesa da Escala de Satisfação Marital ENRICH* (Doctoral dissertation). Retirado de: <https://sapientia.ualg.pt/entities/publication/7eb722b6-a018-4a07-88e4-51e8666f0680>
- Lee, C. Y. S., & Doherty, W. J. (2007). Marital satisfaction and father involvement. *Fathering*, 5(2), 75-96. <https://doi.org/10.3149/fth.0502.75>
- Leone, J. M., Lape, M. E., & Xu, Y. (2016). Women's decisions to not seek formal help for partner violence: A comparison of intimate terrorism and situational couple violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(13), 2317-2339. <https://doi.org/10.1177/0886260515573576>
- Leontiev, A. N. (1978). O desenvolvimento do psiquismo. *Livros Horizonte*. Lisboa.
- Levendosky, A. A., Bogat, G. A., Theran, S. A., & Trotter, J. (2018). The social networks of women experiencing intimate partner violence: Impacts on recovery and psychological functioning. *Psychology of Violence*, 8(4), 470-479. <https://doi.org/10.1037/vio0000150>
- Li, T., & Fung, H. H. (2011). The dynamic goal theory of marital satisfaction. *Review of General Psychology*, 15 (3). <https://doi.org/10.1037/a0024694>
- Lima, M. P., & Simões, A. (2000). A teoria dos cinco factores: Uma proposta inovadora ou apenas uma boa arrumação do caleidoscópio personológico?. *Análise Psicológica*, 18(2), 171-179. Retirado de: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5889/1/2000_2_171.pdf
- Litzinger, S., & Gordon, K. (2005). Exploring relationship among communication, sexual satisfaction and marital satisfaction. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 31. <https://doi.org/10.1080/00926230591006719>
- Lloyd, Sally A. (1990). "Tipos e estratégias de conflito situações em casamentos violentos." *Revista de Violência Familiar*, 5. <https://doi.org/10.1007/BF00979064>
- Lopes, A. F. A. (2013). *Violência Doméstica* (Tese de Mestrado, Universidade Lusíada do Porto). Retirado de <http://hdl.handle.net/11067/2743>
- Lopes, M. J., Gemito, L., & Pereira, F. (2012). *Violência Doméstica. Manual de Recursos para a Rede de Intervenção Integrada do Distrito de Évora*. Universidade de Évora. Retirado de <http://hdl.handle.net/10174/7238>

- Freitas, M. de F. R. L. de F., & Dias, J. P. (2010). Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos Social Cognitive Theory: basic concepts. *Ciência & Cognição*, 15(3), 204–205.
- Lundgren, R., & Amin, A. (2015). Addressing intimate partner violence in the context of sexual and reproductive health: A systematic review of the evidence. *Reproductive Health*, 12(1), 1-20. <https://doi.org/10.1186/s12978-015-0033-5>
- Luyckx, K., Seiffge-Krenke, I., Schwartz, S. J., Crocetti, E., & Klimstra, T. A. (2014). Identity configurations across love and work in emerging adults in romantic relationships. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 35(3), 192–203. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2014.03.007>
- Machado, C., & Matos, M. (2001). A intervenção narrativa com um grupo de mulheres maltratadas: Da desconstrução da posição de vítima à reconstrução de identidades preferenciais. *Psicoterapia, discurso e narrativa: A construção conversacional da mudança*.
- Machado, C., Gonçalves, M. M. e Matos, M. (2015). Manual da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C.) e Inventário de Violência Doméstica. 3ª Edição, *Psiquilibrios*. Edições. Braga.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33.
- Magalhães, M., Castro, Y., Cruz, A., Forte, A., Torres, H., & Maciel, D. (2015). Nos caminhos da violência de género e doméstica. *Estudos de género numa perspetiva interdisciplinar*.
- Marcellino, N. C. (2002). Estudos do lazer: Uma Introdução. 3. ed. *Campinas: Autores Associados*.
- Marinho, T. A., & Ecco, C. (2020). Religião, cultura e sistema simbólico. *Caminhos*, 18. Retirado de: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7998/4484>
- Marques, E. (2001). O Amor e a Qualidade Conjugal em Estudantes do Ensino Pós-Graduado (Resumo). *Interações: Sociedade E As Novas Modernidades*, 1(1). Obtido de <https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/217>

- Martins, A. R. C. (2013). Violência Doméstica-evolução, perspetivas e riscos. Retirado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/72517/2/28352.pdf>
- McCrae, R. R., & Costa Jr, P. T. (1997). Personality trait structure as a human universal. *American psychologist*, 52(5), 509. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.52.5.509>
- Mendes, E., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. In *Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Universidade do Minho. Retirado de: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1539>
- Mendes, J. P. A. (2016). Significados Da violência Conjugal Nos Profissionais De saúde (Doctoral dissertation). Universidade de Évora. Retirado de: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/20770>
- Menezes, M. (2008). Satisfação conjugal, auto-estima e imagem corporal e indivíduos ostomizados. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa. Retirado de: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/760/1/17273_Tese_Maria_Mar.pdf
- Mesquita, I. M. M. (2018). *Disfarces de amor*. 2ª edição. Climepsi Editores.
- Miot, H. A. (2011). Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. *Jornal Vascular Brasileiro*, 10, 275-278. <https://doi.org/10.1590/S1677-54492011000400001>
- Moreira, P. (2020). Crenças e Normas Sociais. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.32751.05283>
- Narciso, I. (1994/1995). Metamorfoses do amor e da satisfação conjugal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 129-139. Retirado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/15550/2/83473.pdf>
- Narciso, I. (2001). Conjugalidades Satisfeitas mas não perfeitas – à procura do padrão que liga. Dissertação de Doutoramento pela FPCEUL. Retirado de: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/42324>
- Narciso, I., & Ribeiro, M. (2009). Olhares sobre a conjugalidade. *Coisas de Ler*. Lisboa.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37(1), 8.

- Nerys, I. B. (2016). Atitudes e Perceções sobre a Violência Doméstica: Uma Análise Comparativa entre mulheres e homens portugueses e brasileiros a viver em Portugal (Master's thesis). Retirado de: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13345>
- Neto, F. (2012). The satisfaction with sex life scale. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 45(1). <http://doi.org/10.1177/0748175611422898>
- Neves, C., Pinto, J., Faceira, C., Bastos, R., & Pereira, D. (2022). (RE) Agir+ em Rede. Guia de Recursos e de Boas Práticas. *Cáritas Diocesana de Aveiro*. https://www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/3619/guia_re_agir_.pdf
- Norgren, M. d., Souza, R. M., Kaslow, F., Hammerschmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: Uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 21(3), 335-343. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300020>
- Olson, D. H., Fournier, D. G., Druckman, J. M. (1983). PREPARE/ENRICH Counselor's Manual. Minneapolis, MN: PREPARE/ENRICH, Inc.
- Olson, D.H., Russell, C.S. and Sprenkle, D.H. (1989). Circumplex Model: Systemic Assessment and Treatment of Families. New York: Haworth Press. <https://doi.org/10.4324/9781315804132>
- Olson, D. H. & Olson, A. K. (1997). PREPARE/ENRICH Program: Version 2000. *Minneapolis: Life Innovations, Inc.*
- Ordem dos Psicólogos Portugueses [OPP] (2022). Linhas de orientação para a prática profissional no âmbito da violência doméstica.
- Organização Mundial de Saúde [OMS] (2019). Respect women: preventing violence against women. Geneva, CH: World Health Organization. Retirado de: <https://www.scielo.br/j/se/a/tqxvdzJjsxN7RrWzqgGXP6M/?format=pdf&lang=pt>
- Pacheco, A. (2008). Olhando a satisfação: Um estudo exploratório em casais portugueses. Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa. Retirado de: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15223/1/201598493.pdf>

- Palmwood, E. N., & Simons, R. F. (2021). Unsupportive romantic partner behaviors increase neural reactivity to mistakes. *International Journal of Psychophysiology*, 170, 12–19. <https://doi.org/10.1016/j.ijpsycho.2021.09.008>
- Patel, M. J. V. M. S. (2005). Família, trabalho e relações conjugais: perspectivas de dominação e de igualdade no feminino e no masculino. Universidade do Porto.
- Pérez, I., & Estrada, S. (2006). Intimidad y comunicación en cuatro etapas de la vida de pareja: su relación con la satisfacción marital. *Archivos Hispanoamericanos de Sexología*, 12. Retirado de: <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6846/1/TES%20AFON-J1.pdf>
- Petersen, M. G. F., Zamora, J. C., Fermann, I. L., Crestani, P. L., & Habigzang, L. F. (2019). Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: revisão sistemática. *Psicologia Clínica*, 31(1), 145-165. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A07>
- Pew Research Center. (2021). The future of world religions: Population growth projections, 2010-2050. Retirado de: <https://www.pewresearch.org>
- Pires, D., Pereira, M., Paiva, S., & Silva, C. (2017). Intervenção psicológica em perturbações de personalidade. *Lisboa: Factor*.
- Pollmann-Schult, M. (2014). Parenthood and life satisfaction: Why don't children make people happy? *Journal of Marriage and Family*, 76(2). <https://doi.org/10.1111/jomf.12095>
- Portugal. (1995). Código Penal, *art. 152º*. (Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março).
- Puente-Martínez, A., Silvia U.-L., Echeburúa, H., & Páez-Rovira, D. (2016). Risk factors associated with the violence against women in couples: A review of meta-analysis and recent studies. *Anales de Psicología*. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.32.1.189161>.
- Rands, M., Levinger, G., & Mellinger, G. D. (1981). “Padrões de resolução de conflitos e satisfação conjugal”. *Jornal de Questões Familiares*, 2. <https://doi.org/10.1177/0192513X8100200303>

- Ratelle, C. F., Simard, K., & Guay, F. (2013). University Students' Subjective Well-being: The Role of Autonomy Support from Parents, Friends, and the Romantic Partner. *Journal of Happiness Studies*, 14(3), 893–910. <https://doi.org/10.1007/s10902-012-9360-4>
- Reece, A., & Webb, C. M. (2020). The influence of romantic support on identity and mental health in emerging adulthood. *Journal of Clinical Psychology*, 76(9), 1703-1715. <https://doi.org/10.1002/jclp.23016>
- Rehman, U. S. & Holtzworth-Munroe, A. (2007). A cross-cultural examination of the relation of marital communication behaviour to marital satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 21 (4). <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.4.759>
- Rempel, J. K., Holmes J. G., & Zanna, M. P. (1985). Trust in Close Relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49 (1). <https://doi.org/10.1037/0022-3514.49.1.95>
- Roberto, F. M. D. C., Macedo, A. P. P., & Morais, N. A. D. (2020). La vivencia del recreación en la familia. *Revista da SPAGESP*, 21(2). <https://doi.org/10.5935/1679-4431.20200021>
- Robles, T. F., Slatcher, R. B., Trombello, J. M., & McGinn, M. M. (2014). Marital quality and health: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 140(1), 140–187. <https://doi.org/10.1037/a0031859>
- Rojahn, E. R. (2020). A religião cristã e as religiões do estado. *Via Teológica*, 21(41). Retirado de: <http://periodicos.fabapar.com.br/index.php/vt/article/view/167/238>
- Rosenfeld, M. J., & Roesler, K. (2019). Cohabitation experience and cohabitation's association with marital dissolution. *Journal of Marriage and Family*, 81(1), 42-58. <https://doi.org/10.1111/jomf.12520>
- Rosset, S. M. (2005). O casal nosso de cada dia. Curitiba: Sol.
- Sánchez-Fuentes, M. M., Santos-Iglesias, P., & Sierra, J. C. (2014). A systematic review of sexual satisfaction. *International Journal of Clinical and Health Psychology* 14(1). [http://doi.org/10.1016/S1697-2600\(14\)70038-9](http://doi.org/10.1016/S1697-2600(14)70038-9)
- Sanderi, M., Konig, S., & Dias-Viana, J. (2021). Religiosidade e Satisfação Conjugal: Percepções de casais evangélicos. *Revista Psicologia Para America Latina*, 36, 193–203. Retirado de:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2021000200009

Scorsolini-Comin, F., & dos Santos, M. A. (2010). Satisfação conjugal: Revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 525–531. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000300015>

Seligman, C., Fazio, R.H., & Zanna, M.P. (1980). Effects of Saliency of Extrinsic Rewards on Liking and Loving. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, (3). <https://doi.org/10.1037/0022-3514.38.3.453>

Silva, I. M. D., Menezes, C. C., & Lopes, R. D. C. S. (2010). Em busca da " cara-metade": motivações para a escolha do cônjuge. *Estudos de psicologia* (Campinas), 27, 383-391.

Silva, R. C. G. (2023). Relações amorosas saudáveis: que benefícios para o desempenho individual no trabalho? (Doctoral dissertation). Universidade do Minho. Retirado de: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/87610>

Sistema de Segurança Interna. (2022). Relatório Anual de Segurança Interna- Ano 2022. *Gabinete do Secretário-Geral*. <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDazMAQA hxRa3gUAAAA%3D>

Soares, B. Í. B. (2015). Satisfação marital e stresse parental em mães da população geral: um estudo correlacional (Doctoral dissertation). Retirado de: <https://sapientia.ualg.pt/entities/publication/50a241d3-7859-4abe-b90e-397fcea0b7cf>

Soares, M., & Cláudio, V. (2010). Crenças e Atitudes Sobre a Violência Doméstica e Satisfação com o Suporte Social em Sujeitos Adictos e Não-Adictos. *In Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Braga: Universidade do Minho. Retirado de: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1540>

Stafford, L., Dainton, M., & Haas, S., (2000). “Medindo a Rotina e a Manutenção Relacional Estratégica: Desenvolvimento de Escala, Papéis de Sexo versus Gênero e a Predição de Características Relacionais.” *Monografias de Comunicação*, 67: 306–23. <https://doi.org/10.1080/03637750009376512>

- Stephen, C., & Raj, S. J. (2014). U-shaped curve of marital satisfaction: an Indian scenario. *Research Horizons*, 4. <https://doi.org/10.2307/352971>
- Tavares, O. J. R. (2011). Violência conjugal: dados sócio-demográficos, comportamentos e crenças associados: fragmentos de um amor menor (Doctoral dissertation). Retirado de: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/14239?locale=en>
- Tavakol, Z., Moghadam, Z. B., Nasrabadi, A. N., Salehiniya, H., & Rezaei, E. (2017). A review of the factors associated with marital satisfaction. *Galen medical journal*, 6(3), e641-e641. <https://doi.org/10.31661/gmj.v6i3.641>
- Thomas, K. W., & Kilmann, R. H. (1974). Thomas-Kilmann Conflict Mode Instrument (TKI) [Database record]. *APA PsycTests*. <https://doi.org/10.1037/t02326-000>
- Triandis, H., & Suh, E. (2002). Cultural influences on personality. *Annual Reviews of Psychology*, 53. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.53.100101.090640>
- Trudel, G. (2013). Sexuality and marital life: Results of a survey. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 2 (3). <https://doi.org/10.1080/0092623X.2013.790078>
- Vaz Serra, A. (1999). Adaptação e Validação do ENRICH – Inventário de Satisfação Marital para a População Portuguesa. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Ventura, M. C. A. A., Frederico-Ferreira, M. M., & Magalhães, M.J.S. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, (11). <http://dx.doi.org/10.12707/RIII12120>
- Vieira, S. R. P. (2016). A satisfação conjugal, a personalidade e a satisfação com a vida na conjugalidade (Master's thesis). Retirado de: <https://research.ulusofona.pt/en/studentTheses/a-satisfa%C3%A7%C3%A3o-conjugal-a-personalidade-e-a-satisfa%C3%A7%C3%A3o-com-a-vida-n-5>
- Walker, L. (1979). The battered woman. *Harper & Row*.
- Weil, J. e Lee, H. (2004). Cultural considerations in understanding family violence among asian american pacific islander families. *Journal of Community Health Nursing*, Vol. 21, pp. 217-227. https://doi.org/10.1207/s15327655jchn2104_2

- Whisman, M. A. (1997). Satisfaction in close relationships: Challenges for the 21st century. Em J. Sternberg, & M. H. (eds.), *Satisfaction in close relationships*. *New York: The Guilford Press*.
- Whisman, M. A. (2019). Psychopathology and couple and family functioning. APA handbook of contemporary family psychology: Applications and broad impact of family psychology, Vol. 2. *American Psychological Association*.
- Wilhelm, F. A., & Oliveira, M. A. P. de (2011). Fatores indicados por casais que facilitam ou impedem o relacionamento conjugal satisfatório. *Revista Caminhos*, “Dossiê Humanidades”, 2(1).
- World Health Organization. (2010). Measuring sexual health: Conceptual and practical considerations and related indicators. Switzerland: Geneva. Retirado de: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/70434/who_rhr_10.12_eng.pdf;jsessionid=F51219CCD842EB352F45957735A8A1DD?sequence=1
- Young, M., Denny, G., Young, T., & Luquis, R. (2000). Sexual satisfaction among married women age 50 and older. *Psychological Reports*, 86(3 PART 2), 1107–1122. <https://doi.org/10.1177/003329410008600307.2>
- Zordan, P. E. (2008). *Mitos conjugais: A perspectiva dos adultos jovens* (Master's thesis). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Zornig, S. (2010). Transmissão psíquica: uma via de mão dupla. *Casal e família: permanências e rupturas*.

Anexos

Anexo A

Consentimento informado para vítimas de violência doméstica por parte dos maridos

A presente investigação está a ser desenvolvida no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação da Universidade de Évora, por Madalena Dias (madalenaafos@gmail.com), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário, sob a orientação da Prof.^a Doutora Isabel Mesquita.

Esta tem como objetivo realizar uma comparação relativamente a diversas mulheres de forma a entender as suas crenças sobre a violência e a sua satisfação marital. Poderão participar neste estudo população feminina que **esteja a ser acompanhada no âmbito da violência doméstica que voluntariamente se disponibilizem para o fazer**. Se aceitar colaborar ser-lhe-á pedido que responda a três questionários, o que lhe tomará cerca de 5 minutos. A sua participação no estudo, será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência.

É garantida a total confidencialidade dos dados que nos possa proporcionar e estes serão apenas utilizados para fins da investigação em questão, sendo completamente confidenciais e irão ser destruídos após a realização da mesma. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. **A sua participação é completamente gratuita e voluntária**, estando ausente qualquer tipo de prejuízos com a sua não participação. Assim, conseguirá escolher participar ou não livremente, podendo ainda desistir sempre que pretender.

Desta forma, **se aceitar participar neste estudo** e permitir a utilização dos dados que de forma voluntária fornece, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que lhe são dadas pelo/a investigador/a. **Prossiga**.

Anexo B

Consentimento informado para pessoas que nunca foram vítimas de violência doméstica

A presente investigação está a ser desenvolvida no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação da Universidade de Évora, por Madalena Dias (madalenaafos@gmail.com), que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida ou partilhar algum comentário, sob a orientação da Prof.^a Doutora Isabel Mesquita.

Esta tem como objetivo realizar uma comparação relativamente a diversas mulheres de forma a entender as suas crenças sobre a violência e a sua satisfação marital. Poderão participar neste estudo população feminina que **voluntariamente se disponibilizem para o fazer**. Se aceitar colaborar ser-lhe-á pedido que responda a três questionários, o que lhe tomará cerca de 5 minutos. A sua participação no estudo, será muito valorizada pois irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência.

É garantida a total confidencialidade dos dados que nos possa proporcionar e estes serão apenas utilizados para fins da investigação em questão, sendo completamente confidenciais e irão ser destruídos após a realização da mesma. Os dados obtidos destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. **A sua participação é completamente gratuita e voluntária**, estando ausente qualquer tipo de prejuízos com a sua não participação. Assim, conseguirá escolher participar ou não livremente, podendo ainda desistir sempre que pretender.

Desta forma, **se aceitar participar neste estudo** e permitir a utilização dos dados que de forma voluntária fornece, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação e nas garantias de confidencialidade e anonimato que lhe são dadas pelo/a investigador/a. **Prossiga**.

Anexo C

Questionário Sociodemográfico

Preencha os seguintes itens segundo os seus dados sociodemográficos:

Idade: _____

Estado civil: Solteiro Casado Divorciado Viúvo Em união de facto

Género: Feminino Masculino Outro

Número de filhos: 0 1 2 3 4/+

Se tem filhos qual a sua idade? 0-6 anos 6-12anos 12-18anos +18anos

Escolaridade: Inferior ao 4º ano 4ºano 6ºano 9ºano 12ºano Licenciatura

Mestrado Doutoramento Outro? _____

Trabalha atualmente? Sim Não

Se sim, qual a sua profissão? _____

Está numa relação? Sim Não

Se sim, qual a duração da relação? _____

Se não, qual foi a duração? _____

Anexo D

Email enviado para as entidades de apoio à vítima

“Bom dia,

O meu nome é Madalena Dias, sou aluna da Universidade de Évora, a frequentar o 2º ano do mestrado em Psicologia da Educação. Estou neste momento a desenvolver a minha tese de mestrado sob orientação da Professora Dr^a Isabel Mesquita. Esta tem como objetivo realizar uma comparação relativamente a mulheres vítimas de violência doméstica e que nunca tenham sido vítimas, de forma a entender as suas crenças sobre a violência e a sua satisfação marital.

Este email segue com sentido de pedir ajuda à vossa instituição, caso estejam disponíveis, se poderiam aferir junto das vítimas que são acompanhadas por vós se poderiam colaborar com a investigação.

Ficarei a aguardar a vossa resposta,

Obrigada pela atenção,

Madalena Dias”

Anexo E

Parecer da comissão de ética da Universidade de Évora.



Comissão de Ética da Universidade de Évora

A Comissão de Ética da Universidade de Évora informa que, com base nas apreciações favoráveis dos seus membros, deliberou dar

Parecer Positivo

para a realização do Projeto: “Estudo comparativo de mulheres vítimas de violência doméstica Vs mulheres que nunca tenham sido vítimas de violência doméstica relativamente às suas crenças e á satisfação conjugal percebida”, pela mestranda **Madalena Sofia Branquinho Dias**, sob a supervisão de Porf.^a Doutora Isabel Mesquita (responsável/eis académico/s).

Universidade de Évora, 12 de abril de 2024

O Presidente da Comissão de Ética

(Prof. Doutor Hugo Miguel Cardinho Alexandre Folgado)